



REVISTA

ANÁLISE ESTRATÉGICA

Vol 12 n. 2 Mar/ Maio 2019



REVISTA

ANÁLISE ESTRATÉGICA

Vol 12 n. 2 Mar/ Maio 2019





CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO

O Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx) é subordinado ao Estado-Maior do Exército e foi criado pela Portaria nº 051-EME, de 14 Jul 03, para estudar e propor políticas e estratégias organizacionais.

EQUIPE

CHEFE

Cel Eng Paulo Vitor Cabral Monteiro

COORDENADOR DE PESQUISA

Ten Cel QCO Oscar Medeiros Filho
Profa. Dra. Leila Maria Da Juda Bijos

ADJUNTO DE INFORMÁTICA

1º Ten OTT Everton Alex Rodrigues

AUXILIARES

ST Com Vanderson Martins
Cb Valdeci de Sousa Lima Junior

ANÁLISE ESTRATÉGICA

Análise Estratégica é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Estratégicos do Exército dedicada aos temas que impactam a preparação da Força Terrestre e a Defesa Nacional. Contém artigos preparados pelos pesquisadores do CEEEx e por pesquisadores de outras instituições.

CONSELHO EDITORIAL

Cel Eng Paulo Vitor Cabral Monteiro

Cel R1 Bento Paulos Cabral

Ten Cel QCO Oscar Medeiros Filho

Profa. Dra. Leila Maria Da Juda Bijos

REVISÃO TÉCNICA

Ten Cel QCO Oscar Medeiros Filho

Profa. Dra. Leila Maria Da Juda Bijos

ST Com Vanderson Martins Barbosa

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Ten Cel QCO Oscar Medeiros Filho

1º Ten OTT Everton Alex Rodrigues

ST Com Vanderson Martins Barbosa

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Quartel General do Exército – Bloco A – 1º andar
70630-091 – Setor Militar Urbano – Brasília/DF

Telefone: (61) 3415-4597

ceex@eme.eb.mil.br

Disponível em PDF na página eletrônica:
www.ceeex.eb.mil.br

Análise Estratégica. Ano 4. Nº 2. Mar-Maio/2019. Brasília.
Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Centro de
Estudos Estratégicos do Exército. 50 p.

ISSN:2525-457X (Referente à publicação digital)

SUMÁRIO

Editorial	7
Cel Paulo Vitor Cabral Monteiro	
Grande Estratégia e Modernização da China Contemporânea.....	9
Augusto W. M. Teixeira Júnior	
O Debate sobre Transformação Militar na China: a reforma de 2015 no Exército de Libertação Popular (PLA).....	25
Peterson Ferreira da Silva	
Organização, Preparação e Atuação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial	39
Fernando da Silva Rodrigues	

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro de Estudos Estratégicos do Exército. É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Editorial

Prezados amigos leitores,

“Não há vazio de poder!” Esta afirmação nunca foi tão emblemática e significativa para os estudos de geopolítica quanto neste momento histórico que vivemos.

Com o fim da União Soviética como superpotência – que dividia junto com os Estados Unidos os destinos do mundo imaginou-se, por um breve período, um planeta unipolar. Isso, entretanto, jamais ocorreu.

O espaço deixado pela União Soviética permitiu um rearranjo geoestratégico que favoreceu a divisão do poder econômico entre nações e grupos organizados de países, além de, paulatinamente, permitir que grandes Estados ganhassem crescente poder militar e tecnológico.

Embora os Estados Unidos mantenham hoje seu elevado poderio militar como fiel provedor de suas vontades políticas, sua hegemonia econômica já é amplamente questionável diante do pujante crescimento econômico da China.

País de milenar cultura, a China é fonte de inesgotáveis estudos. Sua presença constante nos mais relevantes momentos históricos da humanidade, demonstra uma capacidade de superação constante, uma resiliência invejável. Ressurgiu das cinzas de uma revolução cultural e um regime comunista fechado, com novas teorias de Estado, um crescimento econômico considerável e desenvolvimento tecnológico surpreendente. Recentemente, o notável

crescimento de modernas capacidades de defesa deixam a China cada vez mais militarmente poderosa.

Com a frase “o tempo nada significa para a China”, Deng Xiaoping definiu uma visão de Estado de longo prazo. Um projeto de grandeza nunca esquecido. Nesta edição da Revista “Análise Estratégica”, nossos pesquisadores visitam o “Grande Dragão”, analisando seu crescente poderio militar, fruto de um bem planejado plano estratégico, alavancado por uma economia muito forte.

Ainda nessa edição, uma criteriosa análise das operações da FEB, sua importância para o desenvolvimento militar do Brasil e seus reflexos para a evolução da doutrina militar brasileira.

Desejamos aos nossos leitores uma excelente leitura, lembrando que o Centro de Estudos Estratégicos do Exército, através dos nossos endereços eletrônicos ou mesmo presencialmente no segundo piso do Bloco A do QGEx, está à disposição para receber contribuições para o desenvolvimento da pesquisa estratégica e dos estudos prospectivos. O pensamento estratégico é o somatório das visões prospectivas; e o conjunto de visões sob diversos ângulos e perspectivas é que tornam o estudo rico e produtivo.

Paulo Vitor Cabral Monteiro – Cel Eng
Chefe do CEEEx

Grande Estratégia e Modernização Militar da China Contemporânea

Augusto W. M. Teixeira Júnior*

RESUMO

O presente trabalho analisa os condicionantes geopolíticos da postura estratégica da China no século XXI. Foram analisados documentos como a Estratégia Militar da China e discursos do presidente Xi Jinping. A partir do estudo das relações estratégicas entre a China e seus contendores no Mar do Sul da China e Oceano Índico, pesquisamos a concepção chinesa sobre o uso da força. O nível doméstico foi explorado através do debate sobre a modernização militar, fundamental para avaliar a coordenação entre os objetivos de grande estratégia, doutrina militar e políticas de defesa. O estudo apresenta em suas considerações finais aportes para pensar o Exército Brasileiro.

Palavras-chave: Grande Estratégia; Geopolítica; Modernização Militar; Uso da Força; China.

ABSTRACT

This paper analyzes the geopolitical determinants of the strategic posture of China in the 21st century. Documents as China's military strategy and speeches of President Xi Jinping were analyzed. From the study of the strategic relations between China and its contenders in the South China Sea and the Indian Ocean, we studied the Chinese idea on the use of force. The domestic level was explored through the debate on a military modernization, fundamental for an evaluation between the objectives of great strategy, military doctrine and a defense policy. The study presents in its final considerations' ideas for reflection about the Brazilian Army.

Keywords: Grand Strategy; Geopolitics; Military Modernization; Use of Force; China.

*Doutor em Ciência Política (UFPE). Pós-doutor em Ciências Militares (ECEME). Professor do Departamento de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB). Pesquisador Sênior do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (NEP - CEEEx) e do INCT-INEU.

Sumário Executivo

Refletindo as mudanças políticas e estratégicas preconizadas pelo presidente Xi Jinping no 19º Congresso do Partido Comunista Chinês (JINPING, 2017), a leitura contemporânea da grande estratégia chinesa se manifesta na expressão “sonho chinês de alcançar o rejuvenescimento da nação chinesa” (JINPING, 2017). Nela estão articulados posicionamentos que ligam as visões do país sobre a defesa da globalização, a crescente interdependência e a importância do papel militar como lastro para o desenvolvimento pacífico. Conforme expresso na estratégia militar do país (CHINA, 2015), a China vê o seu destino interligado ao mundo. Essa articulação, sustentada por laços de interdependência, seria basilar para a sustentação do desenvolvimento chinês. Para tal, a defesa da estabilidade e da paz surgem na retórica de Pequim como fundamentais no quadro geral de mudança pacífica.

Para a realização dos objetivos nacionais do país foi lançado, em maio de 2015, o Livro Brando de Defesa da China, intitulado “A Estratégia Militar da China” (CHINA, 2015). Entre os pontos centrais do documento está a centralidade do processo de modernização militar do Exército de Libertação Popular. A leitura do equilíbrio de poder global e regional por parte do Partido Comunista Chinês e do Ministério Nacional da Defesa amparou uma estratégia de mudança militar que leva em consideração os seguintes fatores: o papel da geografia, da tecnologia, da experiência de combate dos militares chineses e de outros países.

As mudanças organizacionais e tecnológicas em curso na China dialogam diretamente com a doutrina de Guerra Informatizada. Elaborada pelo então presidente Jiang Zemin, a Informatização da Guerra é um conceito que afeta a elaboração doutrinária das forças armadas chinesas e impacta as demais dimensões de sua transformação. No campo tecnológico, a China aposta na modernização de seus meios de combate, na capacidade de buscar dominância em novos domínios disputados (cibernético e espacial) ao passo em que desenvolve tecnologias com potencial disruptivo: mísseis hipersônicos e armas de energia direta. Associada à sua presença nos mercados ao redor do globo, a modernização militar chinesa é parte de sua grande estratégia. Com isso, o país torna-se cada vez mais ativo na competição por mercado de produtos de defesa, com destaque para o setor de veículos não-tripulados.

As mudanças doutrinárias e tecnológicas são acompanhadas pela adaptação organizacional. Novas estruturas institucionais foram criadas, em especial após o presidente Xi Jinping ordenar reformas militares em 2015. Uma força de suporte logístico foi criada, a força de mísseis foi alçada à força singular e as capacidades de operar no espectro eletromagnético e cibernético foram reestruturadas. Tão relevante quanto, a China operacionalizou entre 2015 e 2017 o redesenho de sua estrutura territorial militar. No sentido de promover a interoperabilidade no Exército de Libertação Popular, as antigas regiões militares tornaram-se Comandos de Teatro de natureza conjunta.

Apesar do ambiente geopolítico e estratégico distinto do Brasil, a experiência sínica permite observar com um país de desenvolvimento tardio, com graves problemas sociais e desequilíbrios regionais persistentes conseguiu elevar o patamar de suas forças armadas para próximo do estado da arte no Ocidente. Outro aprendizado consiste em que o caso chinês expressa a relevância da adequação do planejamento e reforma militar a objetivos bem definidos de uma grande estratégia consistente.

Grande Estratégia e Geopolítica da China

Em 2015 foi lançada a mais recente versão da Estratégia Militar Chinesa (CHINA, 2015). No documento é possível observar aspectos que consideramos consistir, em linhas gerais, na grande estratégia do país onde, cada vez mais, o componente militar torna-se expressivo. A Estratégia, calcada na concepção ampla de amparar o *desenvolvimento pacífico*, afirma perseguir uma política externa independente, pacífica e uma de defesa nacional caracterizada por uma postura estratégica defensiva. Coerente com a história do país e com sua identidade estratégica, fortemente atrelada à concepção de *Guerra Popular*, a Estratégia Militar chinesa se opõe ao hegemonismo e à política de poder. Reforçando a identidade defensiva de sua postura estratégica, o documento afirma categoricamente que a China jamais buscará a hegemonia ou o expansionismo (CHINA, 2015). As forças armadas chinesas¹ são entendidas como instrumento da política, cujo objetivo precípua é a manutenção da paz e a garantia da estabilidade (regional e doméstica). O poder militar e seu desenvolvimento é visto como um lastro para o *desenvolvimento pacífico*.

Coerente com a articulação entre objetivos e poder militar, a China vivencia, a mais de duas décadas, um processo de modernização de suas forças armadas voltado a elevar o patamar tecnológico, doutrinário e organizacional do Exército de Libertação Popular em seus distintos ramos. A modernização das forças armadas chinesas prevista na Estratégia Militar (2015) é subordinada às Diretrizes Estratégicas Militares, das quais a principal é a concepção de *defesa ativa*. O caráter defensivo preconizado nessa doutrina diz respeito a

¹ A expressão Exército de Libertação Popular (PLA na sigla em inglês) diz respeito às forças armadas em geral. O termo inclui o Exército, a Força Aérea e a Marinha. Menções a ramos das forças armadas são feitas a exemplo de Marinha do Exército de Libertação Popular (SINGH, 2016).

objetivos gerais e específicos. De modo geral, a *defesa ativa* se orienta para a manutenção da soberania e dos interesses de segurança da China. Em termos específicos, a *defesa ativa* está ligada aos objetivos estratégicos nacionais dos *dois centenários*, relevantes como resposta à ideia de “século de humilhação”, trazida para o discurso político pelo ex-presidente Jiang Zemin. Na presente década, a China do futuro vislumbrada pelo presidente Xi Jinping é sintetizada no objetivo de “realização do Sonho Chinês de alcançar o grande rejuvenescimento da nação chinesa” (CHINA, 2015). Cada vez mais, o nacionalismo chinês inspira a modernização da defesa e das forças armadas² (SINGH, 2016).

Ressaltados na Estratégia Militar (CHINA, 2015) e reafirmados no discurso do presidente Xi Jinping para o 19º Congresso do Partido Comunista em 2017 (JINPING, 2017), os anos de 2021 e de 2049 se sobressaem como parâmetros para realização de objetivos da grande estratégia chinesa e da modernização militar. Os *dois centenários* dizem respeito aos 100 anos de fundação do Partido Comunista Chinês (PCC) em 1921 e da fundação da República Popular da China (RPC) em 1949. Ambas as datas são marcos importantes, seja para a realização da elevação do poder militar chinês demandado pela grande estratégia, sejapara a realização do “Sonho Chinês de alcançar o grande rejuvenescimento da nação chinesa”.

A grande estratégia e a geopolítica da China são mediadas pela avaliação de Pequim sobre a sua situação de segurança nacional. Na Estratégia Militar da China as tendências globais de multipolaridade e de globalização econômica, fenômenos intensificados pela expansão da sociedade da informação, são percebidos como o panorama geral em que o país busca consolidar a sua posição como grande potência. Essas tendências, que em tese reforçariam a interdependência, seriam contrastadas pelo fato de que,

²Sugerimos a leitura de “The PLA and China’s Rejuvenation” (HEATH, GUNNESS e COOPER, 2016).

“Mudanças profundas estão se dando na situação internacional, como manifestadas nas mudanças históricas no equilíbrio de poder, na estrutura de governança global, no ambiente geoestratégico da Ásia-Pacífico e na competição internacional nos campos econômico, científico, tecnológico e militar”³(CHINA, 2015).

Não obstante as lideranças chinesas não considerem provável uma guerra mundial no futuro próximo, a China concebe como plausível a possibilidade de eclosão de guerras de pequena escala (*small-scalewars*), conflitos e crises em algumas regiões do globo. Somado ao que Pequim percebe como *pequeñas guerras*, o documento faz menção àquilo que denomina de “novas ameaças”, como o hegemonismo, a política de poder e o neo-intervencionismo⁴.

Apesar do risco de guerra de baixa intensidade e irregular ser vislumbrado pela China, o documento em apreço entende que o ambiente internacional seria favorável ao país, permitindo usufruir dos ganhos da paz. Apesar do discurso pacífico e defensivo, Pequim prioriza o crescimento daquilo que denomina de força nacional abrangente⁵, tal como a competitividade e a resiliência como pilares para o papel e influência da China no século XXI. No nível doméstico, o desenvolvimento e o incremento da qualidade de vida da população compõem o rol de objetivos da grande estratégia no sentido de

³Traduzido do original: “Profound changes are taking place in the international situation, as manifested in the historic changes in the balance of power, global governance structure, Asia-Pacific geostrategic landscape, and international competition in the economic, scientific and technological, and military fields.”(CHINA, 2015).

⁴ A leitura e análise da Estratégia Militar da China (2015) permite inferir que as “novas ameaças” listadas referem-se primordialmente aos Estados Unidos.

⁵ Sobre o conceito de *Comprehensive National Power* da China, ver Teixeira Júnior, Souza e Cunha Leite (2017).

manter a estabilidade político-social interna e, por conseguinte, sustentar a legitimidade do partido. Embora a Estratégia Militar apresente um panorama internacional favorável à realização dos objetivos chineses encapsulados em sua grande estratégia, o país é ciente que a “China possui uma tarefa árdua para salvaguardar a unificação nacional, a integridade territorial e os seus interesses de desenvolvimento”⁶ (CHINA, 2015). Por isso, Pequim desenvolve uma estratégia que visa a prover, de forma equilibrada, tanto a proteção de direitos como a manutenção da estabilidade de forma a garantir a segurança chinesa ao longo de sua periferia (CHINA, 2015).

Embora Pequim seja a força central na mudança do centro econômico e estratégico global do Atlântico Norte para a região da Ásia-Pacífico, o país percebe que as condições para o *desenvolvimento pacífico* e a estabilidade doméstica podem ser perturbadas pela atuação de contendores regionais e extrarregionais. Na Estratégia Militar (CHINA, 2015) são citados os seguintes países⁷: Estados Unidos, Japão, “Índia”⁸, Coreias (Península Coreana) e Taiwan.

No começo da presente década, *Think Tanks* dos EUA como a *Rand Corporation* (2011) se mostravam céticos sobre a possibilidade de a China buscar o conflito armado com os Estados Unidos. A manutenção de relações sino-americanas não violentas se explicaria pelas preferências de segurança de Pequim. Opor-se à força aos EUA implicaria em minar a estrutura de

⁶Traduzido do original: “China has an arduous task to safeguard its national unification, territorial integrity and development interests.”(CHINA, 2015).

⁷Os respectivos países são citados no parágrafo posterior a afirmação de que, como um grande país em desenvolvimento, a China enfrenta desafios complexos de segurança, tal como crescentes impedimentos e desafios externos.

⁸ Na seção a que esse parágrafo se refere a Índia não é citada diretamente. Entretanto, inferimos que se trate do país em virtude das características aludidas no texto e pela análise de Singh (2016) sobre o documento.

ganhos internacionais da qual a China se beneficia, ameaçando em sequência o crescimento econômico, a manutenção da ordem social e a sobrevivência do regime. Esses três interesses basilares para Pequim demandariam um ambiente internacional pacífico e estável. Na última década, a estratégia chinesa preconiza o estabelecimento de relações entre iguais com os Unidos (*major-country relations*) (CHINA, 2015). No entanto, desde a política do “rebalancing strategy”⁹ do então governo Obama (TEIXEIRA JÚNIOR, 2018), a China percebe o incremento da presença militar dos Estados Unidos e de seus aliados na região, cada vez mais como ameaça. Em termos geopolíticos e estratégicos o “Asiarebalancing” e a Iniciativa “Um cinturão, Uma Rota”¹⁰ são propostas que se opõem (SINGH, 2016). Embora não abrace a estratégia do pivô asiático na mesma intensidade que o presidente Obama, a corrente guerra comercial sino-americana iniciada pela administração Trump acirra as tensões no leste asiático (TWEED e KOUTSOUKIS, 2018).

Ao lado da preocupação de Pequim com os Estados Unidos, o Japão torna-se paulatinamente um contendor estratégico relevante para a China. Por exemplo, a Estratégia Militar da China (2015) afirma textualmente a preocupação do país sobre a mudança da postura de defesa de Tóquio. A afirmação se insere no contexto da reforma da constituição do Japão liderada pelo primeiro-ministro Abe, cujo destaque nessa iniciativa consiste na mudança do artigo nono, que versa sobre a renúncia do país à guerra¹¹. Por sua vez, a própria política de defesa nipônica é influenciada pela mudança de perfil militar chinês (IISS, 2018).

⁹ A expressão é repetida nominalmente na Estratégia Militar da China (2015).

¹⁰ Uma avaliação sob a ótica da geoconomia pode ser vista em Manji (2018).

¹¹ Para uma aproximação contemporânea sobre os debates no Japão ver Yoshida(2018).

De forma imediata, a estratégia chinesa se ocupa dos riscos que o comportamento militar do Japão possa implicar para os reclames territoriais marinhos da China, como por exemplo o contencioso sobre as ilhas Senkaku/Diako. Nos últimos anos, a força de autodefesa marítima do Japão tem apoiado a estratégia do país em relação à China. Como reportado no *The Military Balance 2018* (IISS, 2018), o porta-helicópteros Izumo e um contratorpedeiro foram desdobrados para o Mar do Sul da China e proximidades, tendo inclusive visitado os portos de países que também possuem disputas marítimas com a China: Filipinas, Cingapura e Vietnã. Some-se a isso a participação de belonaves japonesas no exercício naval Malabar, ao lado das marinhas da Índia e dos Estados Unidos (IISS, 2018, p. 220). A progressiva “normalização” do Japão também produz reflexos na competição sino-nipônica por mercados e transferência de armas ao longo do sudeste asiático.

Numa região em que Pequim busca salvaguardar o que entende como seus interesses e direitos marítimos, as disputas pelas ilhas no Mar do Sul da China são percebidas como um problema também em virtude das atividades de vigilância aérea e marítima e de reconhecimento contra Pequim (CHINA, 2015). Segundo o entendimento do Partido Comunista Chinês e do Exército de Libertação Popular, assegurar o controle do Mar do Sul da China e águas adjacentes é uma prioridade estratégica (IISS, 2018). Por essa razão a China vem reforçando e expandindo as suas bases e instalações militares no Mar do Sul da China (ATLANTIC COUNCIL, 2013).

Somado ao cenário de segurança e instabilidade na periferia chinesa, a exemplo da última crise nuclear e de mísseis na Península Coreana (ARMS CONTROL ASSOCIATION, 2017), o risco de independência de Taiwan é um tema perene e extremamente sensível para a segurança nacional da China. Por essa razão, a reunificação é percebida como parte do

objetivo da grande estratégia no tocante ao rejuvenescimento da nação chinesa:

“A questão de Taiwan tem a ver com a reunificação da China e o desenvolvimento a longo prazo, e a reunificação é uma tendência inevitável no curso do rejuvenescimento nacional. Nos últimos anos, as relações entre os países do estreito Taiwan sustentaram uma dinâmica sólida de desenvolvimento pacífico, mas a causa raiz da instabilidade ainda não foi removida, e as forças separatistas de "independência de Taiwan" e suas atividades ainda são a maior ameaça ao desenvolvimento pacífico das relações entre os estreitos.”¹² (CHINA, 2015)

Como percebido pela tônica da Estratégia sobre Taiwan, o separatismo é um tema sensível no pensamento militar chinês. Ao lado da questão de Taipei, o documento em apreço lista entre as forças anti-China os movimentos pela “independência do Turquestão Oriental” e de “independência do Tibete”.

Os riscos de segurança na periferia chinesa são percebidos como crescentes. A ampliação do escopo dos interesses nacionais de Pequim tornaria a segurança nacional do país mais suscetível a turbulências regionais, terrorismo, pirataria, epidemias e desastres naturais de grande envergadura. Interesses de ultramar também são percebidos como estando mais suscetíveis à insegurança. Entre esses, o documento destaca as fontes ultramarinas de recursos naturais, energia, linhas de comunicação marítimas estratégicas, tais como instituições, pessoal e ativos no estrangeiro (CHINA, 2015).

¹²Traduzido do original: “The Taiwan issue bears on China's reunification and long-term development, and reunification is an inevitable trend in the course of national rejuvenation. In recent years, cross-Taiwan Straits relations have sustained a sound momentum of peaceful development, but the root cause of instability has not yet been removed, and the "Taiwan independence" separatist forces and their activities are still the biggest threat to the peaceful development of cross-Straits relations.”(CHINA, 2015).

Associadaos objetivos geopolíticos e econômicos de sua grande estratégia, a exemplo do projeto da Rota Marítima da Seda, a presença militar chinesa transcende cada vez mais o Leste Asiático, colocando-a em possível colisão com interesses de outra potência emergente: a Índia. Como atestam a base militar chinesa em Djibouti¹³ e as operações contra pirataria no Golfo de Áden, o Oceano Índico torna-se paulatinamente um espaço de atuação dos componentes naval e aéreo do Exército de Libertação Popular (IISS, 2018). Tal afirmação se apoia, entre outros dados, na crescente presença de meios de superfície e de submarinos da marinha chinesa em águas de interesse de Nova Déli (SILVA e TEIXEIRA JÚNIOR, 2016; IISS, 2018).

Embora a presença militar chinesa se faça sentir com maior peso no nordeste asiático e nas águas do Mar do Sul da China, Pequim tem testado a sua capacidade de projetar força para longas distâncias para além, inclusive, dos limites do Oceano Índico¹⁴. Em 2017 o país realizou exercícios navais no Mar Báltico em conjunto com a Marinha Russa.

Buscando assegurar o equilíbrio entre a defesa de seus direitos históricos e a manutenção da paz e da estabilidade, a China tem buscado ampliar a sua cooperação internacional. Além do reforço no alinhamento com a Rússia, em consonância com a sua grande estratégia, a China tem reforçado os laços militares com outros países da Organização de Cooperação de Xangai, tal como participado ativamente de fóruns multilaterais de diálogo e mecanismo de cooperação na Ásia-Pacífico (IISS, 2018).

¹³ É esperado que a base chinesa em Djiboutidê apoio as ações antipirataria no Golfo do Áden, mas que também possibilite a construção de pistas de decolagem necessárias para a projeção de poder aéreo chinês para o mediterrâneo (IISS, 2018).

¹⁴ Sobre o histórico de competição naval sino-indiana, ver Silva e Teixeira Júnior (2016).

Modernização Militar Chinesa

O panorama geopolítico e estratégico em que se encontra a China nesse quartel do século XXI compele o país a combinar os ganhos da paz e da distribuição global de poder ao passo que reforça o seu poder militar como forma de assegurar os seus interesses domésticos e externos. Esse movimento não se iniciou no século XXI, nem mesmo com a ascensão de Xi Jinping ao principal cargo político na China. Apesar das dificuldades¹⁵ (SLOAN, 2008; CHASE et al., 2015), desde a década de 1990 a China busca a modernização de suas forças armadas¹⁶. É nesse período em que o país passa a dar maior ênfase ao profissionalismo e à tecnologia, ao passo que reduzia gradualmente os papéis políticos do Exército de Libertação Popular¹⁷ (SINGH, 2016; WUTHNOW e

¹⁵ Em seu clássico sobre Transformação Militar, Sloan (2008) analisa os esforços de transformação da China ao longo da década de 1990 até a primeira metade dos anos 2000. Em estudo publicado pela *Rand Corporation*, Chase et. al. (2015) apresentaram uma profunda análise dos desafios de transformação do Exército de Libertação Popular da China. Mais recentemente, a última versão de *The Military Balance* 2018 (IISS, 2018) aponta várias correções e ajustes no rumo da transformação militar chinesa, destacando a conversão do perfil militar chinês para uma força calcada em tecnologia, em detrimento da ênfase no quantitativo de pessoal e equipamento.

¹⁶ As lições aprendidas na campanha limitada contra o Vietnã em 1979 levaram aos planejadores chineses a perceber os limites da doutrina de Guerra Popular para fins ofensivos e fora das fronteiras chinesas. No contexto das modernizações do presidente Deng Xiaoping, essa experiência foi relevante para que as bases da mudança militar viessem a curso nas décadas que se seguiram (SINGH, 2016).

¹⁷ Deve-se frisar que a articulação entre grande estratégia e poder militar é arquitetada fundamentalmente através da subordinação dos militares ao poder civil, representado no Partido e no Presidente da China. A articulação das relações civis-militares no país asiático foi recentemente reforçada no texto das reformas da defesa lideradas pelo presidente Xi Jinping (JINPING, 2017; WUTHNOW e SANDERS, 2017). Concomitante à concertação político-militar supracitada, é ampliada a percepção de

SAUNDERS, 2017). A Estratégia Militar (CHINA, 2015) refere-se inclusive à *Revolution in Military Affairs* (RMA) como referente de mudança militar a partir do qual a modernização chinesa reage. O documento expressa que a RMA estaria alcançando um novo estágio, marcado por equipamentos mais sofisticados, com destaque para os sistemas armas de longo alcance, de precisão, inteligentes, invisíveis (*stealth*) e não-tripulados. Não obstante a relevância da tecnologia no debate em apreço, a modernização chinesa é guiada pela política, no caso, pelo objetivo estratégico nacional, sobre o qual a Estratégia é clara,

“O objetivo estratégico nacional da China é completar a construção de uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos até 2021, quando o PCC comemorar seu centenário; e a construção de um país socialista moderno que seja próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso até 2049, quando a República Popular da China (RPC) marcar seu centenário. É um sonho chinês alcançar o grande rejuvenescimento da nação chinesa. O sonho chinês é tornar o país forte. As forças armadas chinesas sonham em tornar os militares fortes como parte do Sonho Chinês. *Sem um exército forte, um país não pode ser nem seguro nem forte.*”¹⁸ [grifo nosso] (CHINA, 2015).

desafios de segurança aos interesses chineses, estreitando mais ainda a relação entre desenvolvimento e segurança tão importante no escopo de sua grande estratégia.

¹⁸ Traduzido do original: “China's national strategic goal is to complete the building of a moderately prosperous society in all respects by 2021 when the CPC celebrates its centenary; and the building of a modern socialist country that is prosperous, strong, democratic, culturally advanced and harmonious by 2049 when the People's Republic of China (PRC) marks its centenary. It is a Chinese Dream of achieving the great rejuvenation of the Chinese nation. The Chinese Dream is to make the country strong. China's armed forces take their dream of making the military strong as part of the Chinese Dream. Without a strong military, a country can be neither safe nor strong.” (CHINA, 2015).

Caracterizando essa nova fase da modernização, o país percebe grandes potências ajustando suas estratégias de segurança nacional, políticas de defesa e gastos militares orientados para a reestruturação de suas forças armadas e transformação, com ênfase aos domínios cibernético e espacial (CHINA, 2015). Analisamos a seguir os principais aspectos da modernização militar chinesa a partir dos debates acerca dos temas de doutrina, tecnologia e organização.

Doutrina

Conforme exposto previamente, a postura estratégica chinesa é predominantemente defensiva e dissuasória. Segundo a Estratégia Militar da China (CHINA, 2015) o conceito de *defesa ativa* está na essência do pensamento estratégico do país. Presente desde as guerras revolucionárias por quais a China passou, a ideia de *defesa ativa* é exemplificada na seguinte frase: “Não atacaremos a menos que sejamos atacados, mas certamente contra-atacaremos se atacados”¹⁹ (CHINA, 2015). A expressão dá a entender que o ímpeto da defesa não se restringe a refrear a ofensiva adversária, mas a eliminar os meios que permitiram ao adversário realizar a própria ofensiva²⁰. Contudo, segundo analistas como Singh (2016), a Estratégia Militar chinesa e sua doutrina foram sendo transformadas de uma orientação defensiva para a ofensiva limitada. A seguir apresentamos um quadro

¹⁹ “Traduzido do original “We will not attack unless we are attacked, but we will surely counterattack if attacked.”. De acordo com a Estratégia Militar Chinesa (2015), o conceito de *defesa ativa* é congruente com as ideias de unidade entre defesa estratégica e ofensiva operacional e tática, aderência a princípios de defesa, autodefesa, entre outros.

²⁰ Não obstante a cultura estratégica chinesa estar mais próxima do pensamento de Sun Tzu, a descrição do conceito estratégico de *defesa ativa* se parece com o sentido da Defesa para Clausewitz (2007). Para o general prussiano, a defesa deveria envolver necessariamente o contra-ataque, sem o qual não seria completa.

com a síntese das principais doutrinas militares chinesas desde 1949.

Quadro 1: evolução doutrinária das Força Armadas da China

Conceito Operacional / Doutrina	Presidente	Período
<i>Guerra Popular</i>	Mao TséTung	Década 1940-1970
<i>Guerra Popular em Condições Modernas</i>	Deng Xioping	Década 1980
<i>Guerra Local e Limitada</i>	Deng Xioping	Década 1990
<i>Guerra limitada sob altas condições tecnológicas</i>	Jiang Zemin	Década 1990 - 2000
<i>Guerra informatizada</i>	Xi Jinping	Década 2010

Fonte: o autor, baseado em Singh (2016).

A partir de 1949, com o fim da guerra revolucionária, a Comissão Militar Central (CMC) estabeleceu e revisou versões das diretrizes estratégicas militares de defesa ativa (MSG²¹). Semelhantes ao entendimento da expressão “doutrina” na percepção ocidental (SINGH, 2016), as MSG passaram por mudanças expressivas nos anos 1980 e principalmente no pós-guerra fria.

Na onda das modernizações lideradas pelo presidente Deng Xioping, a concepção de *Guerra Popular* sofreu alterações importantes, com impactos para futuros conceitos operacionais e doutrinas. Com o lançamento da *Guerra Popular sob Condições Modernas*, a ideia de guerra prolongada perdeu centralidade. Com isso, a ênfase na guerra total cedeu espaço para o foco na guerra limitada. Um terceiro aspecto de destaque foi a paulatina mudança de ênfase quanto aos principais domínios e dimensões da guerra a ser priorizadas pelo Exército de Libertação Popular. Tradicionalmente centrado no componente terrestre, a partir dos anos 1980 a China se move lentamente para um perfil militar que prioriza o poder aéreo,

²¹ De acordo com Singh (2016), as MSG são semelhantes ao “NationalMilitaryStrategy” dos EUA.

naval e as capacidades no campo de mísseis (SINGH, 2016; JINPING, 2017; IISS, 2018).

Com o impacto e a avaliação da Guerra do Golfo²² entre 1990 e 1991 (LIANG e XIANGSUI, 1999), dois conceitos expõem com clareza o que os chineses chamam de *Preparação para a Luta Militar* (PMS)²³. O primeiro, lançado em 1993, *Ganhando Guerras Locais em Condições de Tecnologias Modernas*, foi o primeiro PMS pós-Guerra Fria em que incorporava a hipótese de guerras locais em que o preceito de massa começa a ceder espaço para a tecnologia. O segundo, *Ganhando Guerras Locais sob Condições de Informatização*, criado em 2004, expressa a *Preparação para a Luta Militar* incorporando a dimensão informacional e o ápice do debate ocidental sobre transformação militar após a transição conceitual entre RMA para Transformação Militar (SLOAN, 2008).

Na Estratégia Militar de 2015, para implementar a *Diretriz Militar Estratégica de Defesa Ativa*, são alterados aspectos da *Preparação para Luta Militar*. As mudanças apontadas na revisão doutrinária em 2004 são aprofundadas em 2015 no sentido de não apenas orientar a preparação militar para a concepção informacional, como para desenvolver a PMS para o domínio marítimo²⁴. Entre as mudanças previstas nas

²² Uma das principais obras que ilustram as lições aprendidas pela China a partir da experiência americana na Guerra do Golfo e da *Revolution in Military Affairs* é o livro “Unrestricted Warfare” (LIANG e XIANGSUI, 1999).

²³ Da versão do inglês traduzia pelo Ministério Nacional de Defesa da China, “Preparation for MilitaryStruggle” (PMS). Segundo a Estratégia Militar da China (2015), a PMS é uma prática militar básica, voltada a garantir a paz, conter crises e vencer guerras. A escolha do termo “luta” incorpora uma concepção que transcende a participação do elemento militar no contexto mais geral da atividade bélica. Conforme uma cultura estratégica calcada no esforço da guerra popular, a guerra incorpora as dimensões do governo, povo e suas instituições castrenses em sua dinâmica (SINGH, 2016).

²⁴ A China acompanhou e estudou a Guerra das Malvinas/Falklands de 1982, da qual extraiu lições

doutrinas operacionais estão a adesão de princípios de flexibilidade, mobilidade e “independência”²⁵. Outras características importantes do RMA e da Transformação militar no Ocidente passam a ser vistas com mais frequência na concepção estratégica e doutrinária chinesa. A ideia de “forças de combate integradas” empregadas para prevalecer em operações “sistema versussistema” caracterizadas pela dominância informacional, ataques de precisão e operações conjuntas.

De acordo com o *InternationalInstitute for StrategicStudies* (IISS), conforme elencado como objetivo no 19º Congresso do Partido Comunista Chinês, o país possivelmente terá alcançado até 2021 a primeira fase da modernização, entendida como a mistura entre mecanização e informatização de suas forças (IISS, 2018, p. 225). Fruto da modernização militar chinesa, emerge uma versão nacional da Guerra Centrada em Redes (*Network Centric Warfare*). A Estratégia do país considera que,

“As forças armadas chinesas vão acelerar seus passos para transformar a forma geradora de efetividade de combate, irão trabalhar para usar sistemas de informação para integrar uma ampla gama de forças operacionais, módulos e elementos na capacidade operacional geral e gradualmente estabelecer um sistema operacional conjunto integrado no qual todos os elementos estão perfeitamente ligados e várias plataformas operacionais executam de forma independente e em coordenação²⁶. (CHINA, 2015).

sobre a relevância do poder naval e do componente aéreo para operações militares ofensivas limitadas (SINGH, 2016).

²⁵ A leitura chinesa desse componente é sintetizada na expressão “youfightyourwayand I fightmyway.” Em outras palavras, sustenta a capacidade de cada unidade ou grande unidade combater de forma independente e autossustentadas nos níveis táticos ou do teatro de operações.

²⁶Traduzido do original: “China's armed forces will quicken their steps to transform the generating mode of combat effectiveness, work to use information systems to integrate a wide range of operational forces,

É importante frisar que as mudanças no campo doutrinário mencionadas acima estão diretamente ligadas a mudanças no ambiente geoestratégico da China, tal como a percepção por parte da Comissão Militar Central e do Partido Comunista da China de que o ritmo da modernização teria que ser acelerado. A *Preparação para Luta Militar* ligada à doutrina de *Ganhando Guerras Locais sob Condições de Informatização* demanda em seu planejamento mudança organizacional (estruturas e instituições promotoras de interoperabilidade), desenvolvimento de meios e doutrinas para enfrentar ameaças de novos domínios (novos conceitos operacionais e sistemas) e forças modulares aptas a serem empregues no amplo espectro de operações.

Representativo da modernização militar chinesa, especialmente da consonância da mesma com a grande estratégia do país, é a impressionante mudança da orientação de sua ênfase terrestre para marítima. Não obstante o desenvolvimento pregresso do poder marítimo²⁷ chinês, com a presidência de Xi Jinping (2013 – presente) a Marinha passa a ser elemento basilar da grande estratégia do país. O poder marítimo, em particular o seu componente naval, torna-se fundamental para a segurança nacional chinesa e a defesa de seus interesses de desenvolvimento. Entre outros objetivos a que se ligam a projeção ao mar estão a garantia da soberania e dos direitos e interesses chineses, tal como a segurança de linhas marítimas de comunicação (*Sea Lines of Communication – SLOCs*) e interesses de ultramar. Essa preocupação fica evidente ao lembrarmos a relevância crescente das operações fora-de-área chinesas no Oceano Índico e Golfo de

modules and elements into overall operational capacity, and gradually establish an integrated joint operational system in which all elements are seamlessly linked and various operational platforms perform independently and in coordination. (CHINA, 2015)."

²⁷ Sobre o redescobrimento do pensamento de Alfred T. Mahan na China, ver Sempa (2014). Sobre o estado atual da produção naval chinesa, ver IISS (2018).

Aden(SILVA e TEIXEIRA JÚNIOR, 2016; IISS, 2018).

A Estratégia Militar afirma claramente que “a mentalidade tradicional de que a terra supera o mar deve ser abandonada, e grande importância deve ser dada à gestão dos mares e oceanos e à proteção dos direitos e interesses marítimos²⁸” (CHINA, 2015). Não apenas a Marinha do Exército de Libertação Popular ganhou espaço na PMS, como a virada para “águas azuis” implicou mudança de missões e concepções operacionais. No domínio marítimo, a China passa paulatinamente da “defesa de águas costeiras” para a combinação desta com a “proteção de mares abertos” (CHINA, 2015). A seguir o texto analisa a dimensão Tecnológica da modernização militar chinesa.

Tecnologia

Conforme discutido anteriormente, a China adaptou o seu entendimento de *Guerra Popular* às condições contemporâneas de sua modernização militar. Durante a administração de Jiang Zemin foi estabelecido o entendimento de que as guerras do futuro seriam caracterizadas pelo emprego de tecnologias avançadas, afetando todas as dimensões, apoiadas em meios eletrônicos e míseis (SINGH, 2016). Entretanto, se tradicionalmente a guerra popular envolvia a ampla mobilização da população, atualmente ela envolve a mobilização dos recursos da ciência e da tecnologia (CHINA, 2015). A ênfase de teor mais qualitativa, que aposta na tecnologia como multiplicadora de força, faz com que a busca da China por alcançar a iniciativa estratégica na *Preparação para a Luta Militar* a leve a planejar atuação em todas as direções e domínios. Para tal objetivo, a Estratégia chinesa aponta para a necessidade de acelerar a construção, reforma e desenvolvimento de capacidades militares (CHINA, 2015).

²⁸Traduzido do original: “traditional mentality that land outweighs sea must be abandoned, and great importance has to be attached to managing the seas and oceans and protecting maritime rights and interests.”

A Estratégia Militar da China (2015) destaca a ênfase em ser capaz de desdobrar forças e operar em novos domínios. Para tal, as lideranças do país expressam o entendimento sobre a necessidade de responder aos desafios contemporâneos do RMA e talvez o mais importante, conquistar a *iniciativa estratégica* na competição militar, inclusive em relação à capacidade de proteger seus interesses em ultramar. Destacamos a ideia de *iniciativa estratégica*, pois a China contemporânea não se percebe apenas como buscando reduzir o fosso tecnológico entre si e o ocidente, mas visa alcançar a condição de se constituir em competidor estratégico à altura de desafiantes ocidentais.

Semelhante aos Estados Unidos, a China (CHINA, 2015) também percebe a erosão da dianteira tecnológica do Ocidente. Desde o final da Guerra Fria, os EUA tiveram o privilégio de poder desdobrar forças e manobrar em quase todos os teatros de operação que desejaram operar. Contemporaneamente, essa capacidade é ameaçada pelo processo de proliferação de tecnologias antes restritas a poucas potências tal como a combinação entre antigas e novos meios. O somatório dessas transformações impõe a potências tradicionais o “desafio de acesso” (TEIXEIRA JÚNIOR, 2018). A China percebe e constrói uma *estratégia assimétrica* em oposição a estratégia de seus contendores (CLIFF, 2011). Novidades tecnológicas que ilustram esses argumentos podem ser vistas, por exemplo, no domínio aéreo e marítimo. No ar, o desenvolvimento de mísseis ar-ar PL-15 permite à China contestar o domínio do ar de oponentes (IISS, 2018). No mar, cruzadores da classe Tipo-055 apontam para o rápido avanço chinês em termos de capacidades em águas azuis apto tanto a ações no campo da negação de área e acesso marítimo como de projeção de poder (IISS, 2018).

Para além de sistemas e plataformas aptas a desdobrar força convencional, a China desenvolve tecnologias com potencial disruptivo que podem afetar decisivamente a conduta da guerra, do nível tático ao estratégico. Na área de veículos aéreos não

tripulados, o país tem se destacado como exportador desse tipo de sistema. Atualmente a China desponta com desenvolvedora destes sistemas e da tecnologia de “enxame de drones” (IISS, 2018). Para o *International Institute for Strategic Studies* no futuro, o emprego de “enxame de drones” poderá ser usado contra redes de C4ISR ou como emprego cinético contra alvos (IISS, 2018). No nível estratégico, a China está engajada no desenvolvimento de armas hipersônicas, asquais têm potencial de alterar a dinâmica ofensiva e defensiva entre mísseis e sistemas de defesa. Como EUA e Rússia, Pequim vem realizando experimentos com armas de energia direta (IISS, 2018).

A aplicação dos preceitos da *Guerra Popular* aplicados ao campo da ciência e tecnologia contribui para a modernização militar da China, tal como habilita suas forças armadas a operar no amplo espectro. Opta-se por capacitar as forças para atender ao requisito de uma postura balanceada entre a preparação para a guerra e a sua prevenção, proteção de direitos, manutenção da estabilidade, dissuasão e combate, operações em tempo de guerra e paz. Curiosamente, semelhante a documentos doutrinários americanos, a Estratégia Militar Chinesa assume a postura de gerenciar crises e de forma resoluta, deter e vencer guerras (CHINA, 2015; JINPING, 2017). Em síntese, a Estratégia Militar de 2015 preconiza uma concepção holística sobre segurança nacional, fortalece a PMS, foca na prevenção de crises e na capacidade de deter e vencer guerras (CHINA, 2015). Para tal, a dominância em todos os domínios se faz essencial.

Pequim tem desenvolvido esforços para se projetar no domínio espacial (IISS 2018). Embora advogue uso pacífico do espaço e se oponha à militarização daquele domínio, a China percebe que outras potências agem no sentido de militarização do espaço, explicitado pelo desenvolvimento de forças e meios espaciais. Considerado a muito como domínio de apoio, o espaço torna-se cada vez mais fundamental não apenas para o apoio à projeção de poder e desdobramento de forças no nível tático e operacional, como

proporciona a capacidade de “ver além da colina” pelos atributos de do complexo ISR (inteligência, vigilância e reconhecimento). Nos últimos anos a China construiu bases e instalações ligadas ao seu programa espacial ao redor do globo, dentre as quais destacamos as da Namíbia (Costa Ocidental da África), nas ilhas Kiribati (Pacífico Sul), Quênia (Costa Oriental da África) e Paquistão (Ásia Meridional). Mais recentemente, está operacional uma instalação semelhante na patagônia argentina (América do Sul) (LONDONO, 2018).

Outro domínio no qual a China busca operar com liberdade de ação é o cibernético. A Estratégia Militar da China entende o ciberespaço como novo pilar para o desenvolvimento econômico e social, tal como um novo domínio no campo da segurança nacional, o qual aumenta a competição estratégica internacional. Destaca também que poucos países estariam desenvolvendo forças militares cibernéticas (*cyber military forces*), inserindo-se China entre os poucos países que estariam construindo não apenas capacidades, mas organizações militares nesse sentido. É importante destacar que a leitura da China sobre o ciberespaço transcende o escopo militar. O ciberespaço está na alçada da segurança nacional, a qual se alia ao desenvolvimento (securitizado). Por essa razão a estratégia militar incorpora o ciberespaço como domínio que gera estímulos para a modernização militar chinesa, ao passo que a atuação de sua força militar cibernética transcende temas e questões tradicionais das forças armadas.

Concomitante ao desenvolvimento de força militar em domínios como o espacial e o cibernético, o aprimoramento da força nuclear da China é visto como salvaguarda da soberania e da segurança nacional. Deve-se frisar aspectos perenes da lógica chinesa no campo nuclear, que destoam da perspectiva de grandes potências como Estados Unidos e Rússia. Para Pequim, a doutrina nuclear é voltada para o segundo ataque, no sentido de uma estratégia nuclear de autodefesa, “defensiva em sua natureza” (CHINA, 2015). Essa característica implicou a escolha do país

em não buscar paridade nuclear com grandes potências como as supracitadas, mas sim apostar numa capacidade de dissuasão [*deterrence*] crível, porém mínima²⁹. Entretanto, essas preferências no campo da estratégia nuclear não eliminam a necessidade de Pequim de modernizar suas forças nucleares ao passo que moderniza seus componentes convencionais.

Organização

As mudanças no campo doutrinário, tecnológico e organizacional analisadas ao longo deste trabalho buscam implementar as *Diretrizes Militares Estratégicas* em sintonia com os objetivos dispostos pelo Partido Comunista Chinês. Na versão de 2015 da Estratégia Militar (CHINA, 2015), objetiva-se construir militares informatizados aptos a vencer guerras informatizadas. Para tal, preconiza-se reformas na defesa nacional e nas forças armadas.

A mudança no campo estratégico e doutrinário na China estimula mudanças organizacionais. A preferência por unidades menores³⁰, modulares e multifuncionais está relacionada a requisitos operacionais de operar em distintas regiões e a demandas características de operações conjuntas. Entre os requerimentos intrínsecos à reforma está a habilidade de realizar operações de grande mobilidade e ações ofensivas e defensivas multidimensionais. Para atingir essa finalidade, a Estratégia aponta uma mudança de ênfase: reorientação de uma força voltada para a defesa do teatro [de operações] para a mobilidade entre teatros [de operações].

Entre as mais importantes reformas no campo organizacional da mudança militar chinesa destacamos a substituição das regiões

²⁹ Para o debate sobre modalidades de dissuasão e deterrência, ver Friedman e Raghavan (2008).

³⁰ Não obstante no Ocidente (EUA e OTAN) se destacar a escolha das unidades valor brigada como principais módulos de combate em processos de transformação militar, a China tem optado por realizar o movimento de “brigadização” ainda no contexto de unidades valor batalhão (IISS, 2018).

militares pelos Comandos de Teatro (*TheatreCommands*). Outra mudança importante foi a criação da Força Conjunta de Apoio Logístico. Ambas mudanças são orientadas no sentido de reorganizar o Exército de Liberação Popular para incrementar a sua interoperabilidade (IISS, 2018, p. 225).

Quadro 2: Reformas da Estrutura do Exército de Liberação Popular

Pré-Reformas de Xi Jinping	Pós-Reformas de Xi Jinping
Regiões Militares	Comandos de Teatro
Shenyang	Oriental
Pequim	Sul
Lanzhou	Occidental
Jinan	Norte
Nanquim	Central
Guangzhou(Cantão)	
Chengdu	

Fonte: o autor, baseado em Wuthnow e Saunders (2017).

Os 18 Grupos de Exército foram reduzidos para 13, havendo também a reorganização de formações no nível brigada e de divisão com intuito de criar uma forma de “organização padrão” para o Exército (IISS, 2018). Cada Grupo de Exército é composto por seis brigadas de armas combinadas³¹. Semelhante aos EUA e à Rússia após as reformas de Medvedev em 2008, o Exército chinês passa por ondas de “brigadização” com efeito de redução de pessoal (IISS, 2018, p. 229). Outra reforma organizacional é digna de nota também. No nível das forças singulares, a Força de Foguetes do Exército foi alçada a um ramo independente das Forças Armadas chinesas (IISS, 2018).

Semelhante a outras grandes potências, Pequim tem se preocupado em

incrementar as capacidades de C4ISR a partir do espaço. Para além das instalações mencionadas acima, o país criou a Força de Suporte Estratégico do Exército de Libertação Popular (PLASSF na sigla inglesa). Ligada a esses desenvolvimentos, está a nascente capacidade antissatélite chinesa, tal como o interesse do país em armas de energia direta e microssatélites (IISS, 2018, p. 226-227). Além de atividades no campo espacial, a PLASSF atua na guerra eletrônica e cibernética (IISS, 2018).

Considerações para o Exército Brasileiro

Há vários anos a China consta como segundo país que mais gasta com defesa no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos (IISS, 2018). O seu ambiente geoestratégico é repleto de grandes potências nuclearizadas, cujas áreas de influência se sobrepõem no ambiente regional asiático. A emergência de Pequim como competidor de Washington coloca a China num patamar cuja comparação com o Brasil torna-se, a priori, difícil. Entretanto, julgamos o caso Chinês como ilustrativo sobre possíveis soluções e reflexões importantes para as forças armadas no Brasil, em particular para o Exército.

A estrutura institucional da Defesa na China subordina, por excelência, o papel e atribuições militares ao poder civil. Além do processo de profissionalização abordado no artigo, a Comissão Militar Central e o próprio Partido Comunista da China se somam ao presidente do país como articuladores e líderes no tocante ao uso e planejamento do poder militar como instrumento da política. Distinto da tradição ocidental, cuja separação civil-militar se expressa no pensamento clássico de autores como Jomini e Clausewitz, a subordinação dos militares ao poder civil na China dialoga nitidamente com a primazia do Partido Comunista como ente orientador da sociedade civil e militar.

O desenho institucional logrou a convergência entre os objetivos da grande estratégia e o poder militar. Com isso, estratégia, doutrina, tecnologias e

³¹ As brigadas de armas combinadas são compostas por: 1 de artilharia, 1 de defesa área, 1 de forças especiais, 1 de aviação, 1 de engenharia e defesa química e 1 de serviços de apoio (IISS, 2018).

organizações castrenses buscam sinergia com o fito de realizar os objetivos nacionais. O Brasil, que nutre uma tradição democrática há 30 anos e vem consolidando o seu Ministério da Defesa, pode aprender com o caso Chinês sobre a relevância de uma melhor arquitetura da relação entre civis e militares.

No campo militar, o caso chinês permite inferir como a convergência com a grande estratégia subordina os rumos da própria modernização militar a objetivos políticos ulteriores. Apesar da rivalidade entre as forças singulares e peculiaridades de cada ramo, a opção *top-down* de política permite a operacionalização da mudança militar mais profunda. Essa perspectiva é relevante para a experiência brasileira. Contemporaneamente no Brasil, o Exército Brasileiro busca a transformação militar, a Marinha do Brasil a modernização e a Força Aérea a reforma/reorganização. Cada força realiza o seu processo de mudança, com concepções diferentes, sem efetivo controle ou coordenação do Ministério da Defesa. Experiências de casos como os EUA, Rússia e China deixam claro que não se produz transformação militar com uma força singular apenas. A característica essencial da mudança militar de nossos tempos é o surgimento de uma força conjunta, apta a operar com interoperabilidade em todos os domínios e dimensões da guerra.

Os elementos discutidos acima sobre desenho institucional e relações civis-militares são relevantes para entender os rebatimentos para mudança doutrinária, tecnológica e organizacional. Apesar de suas falhas, o modelo *top-down* chinês uniformizou uma doutrina geral para as forças armadas, calcada no que entendem como última fase a *Revolution in Military Affairs*: a

guerra informatizada. A mudança na doutrina aportou subsídios para direcionar o desenvolvimento, a aquisição e a modernização de meios de emprego militar: sistemas não tripulados, mísseis ar-ar com maior alcance BVR (*Beyond Visual Range*) e belonaves para águas azuis não apenas dotam as forças armadas da China de moderno maquinário; compõem um sistema de força. No campo organizacional, a elevação da força de foguetes ao nível de força singular, a criação de uma força de apoio estratégico para logística e ações cibernéticas e, no campo eletromagnético, apoiam esse objetivo. Somado a esses processos, a preocupação com a profissionalização, a redução dos efetivos militares e balanceamento do mesmo entre as forças demonstram que o pragmatismo e a necessidade se sobrepõem às vicissitudes da cultura institucional das forças quando efetivamente comandadas pelo poder político civil.

Outro favor de destaque é a importância do peso da geografia e da clara identificação dos objetivos, das vulnerabilidades, riscos e ameaças que orientam a construção e modernização do poder militar. A articulação entre mudança militar e objetivos políticos ganha fortemente com a elaboração de uma grande estratégia que sobreviva a mudanças de mandatos presidenciais.

Referências

ARMS CONTROL ASSOCIATION. “The North Korean Missile Crisis”. ArmsControlAssociation. November 1, 2017. Disponível em: <<https://www.armscontrol.org/act/2017-11/focus/north-korean-missile-crisis>>, Acesso em: 19 out. 2018.

ATLANTIC COUNCIL. “Chinese paper urges PLA Navy to build overseas military bases. *China Defense Mashup*. January 19, 2013.

CHASE, Michael S.; ENGSTROM, Jeffrey; CHEUNG, Tai Ming; GUNNESS, Kristen A.; HAROLD, Scott Warren; PUSKA, Susan; BERKOWITZ, Samuel K. *China's Incomplete Military Transformation: assessing the weaknesses of the People's Liberation Army (PLA)*. Santa Monica: Rand Corporation, 2015.

CHINA, Ministry of National Defense. *China's Military Strategy*. The State Council Information Office of the People's Republic of China. May 2015. Beijing. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/Press/2015-05/26/content_4586805.htm>, Acesso em: 19 out. 2018.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *On War*. Traduzido por Michael Howard e Peter Paret. Oxford: Oxford University Press, 2007.

CLIFF, Roger. *Anti-Access Measures in Chinese Defense Strategy*. RAND Corporation. Testimony presented before the U.S. China Economic and Security Review Commission on January 27, 2011.

FRIEDMAN, Lawrence; RAGHAVAN, Srinath. “Coercion”. In: Paul D. Williams (Org.), *Security Studies: an introduction*. London and New York: Routledge, 2008.

HEATH, Timothy R.; GUNNESS, Kristen; COOPER, Cortez A. *The PLA and China's Rejuvenation: National security and military strategies, deterrence concepts, and combat capabilities*. Santa Monica: Rand Corporation, 2016.

IISS. International Institute for Strategic Studies. *The Military Balance 2018: The annual assessment of global military capabilities and defence economics*. London, 2018.

JINPING, Xi. “Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New Era”. *Full text of Xi Jinping's report at 19th CPC National Congress*. October 18, 2017. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/19thcpcnationalcongress/2017-11/04/content_34115212.htm>, Acesso: 19 out. 2018.

LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. *Unrestricted Warfare*. Beijing: PLA Literature and Arts Publishing House, February 1999.

LONDOÑO, Ernesto. “From a Space Station in Argentina, China Expands Its Reach in Latin America”. *New York Times*, 28 de Julho 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/07/28/world/americas/china-latin-america.html>>, Acesso: 19 out. 2018.

MANJI, Faseeh. "Iniciativa "Um Cinturão, Uma Rota" ganha força na Ásia". *Revista Exame* [Bloomberg], 11 de abril de 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/iniciativa-um-cinturao-uma-rota-ganha-forca-na-asia/>>, Acesso em: 18 out. 2018.

SEMPA, Francis P. "The Geopolitical Vision of Alfred Thayer Mahan". *The Diplomat*. December 30, 2014. Disponível em: <https://thediplomat.com/2014/12/the-geopolitical-vision-of-alfred-thayer-mahan/>. Acesso: 19 out. 2018.

SINGH, Prashant Kumar. *Changing Contexts of Chinese Military Strategy and Doctrine*. IDSA Monograph Series, No. 49, March, 2016.

SLOAN, Elinor. *Military transformation and modern warfare: a reference handbook*. Greenwood Publishing Group, 2008.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.. "Postura Estratégica dos Estados Unidos e uso da Força." *Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica*, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 5-17, ago. 2018. Disponível em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEExAE/article/view/1636>>. Acesso em: 20 out. 2018.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.; SOUZA, Valéria M.; CUNHA LEITE, Alexandre. "Comparando Estratégias de Operacionalização de Variáveis em Relações Internacionais: a mensuração de capacidades do poder nacional". *Meridiano* 47, 2017. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/ojs311/index.php/MED/article/view/5313/4831>. Acessoem: 19 out. 2018.

SILVA, A.H.L.; TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. "Understanding Chinese and Indian Balancing Strategies". *Revista da Escola de Guerra Naval* (Ed. português), v. 22, p. 143-168, 2016.

TWEED, Davis; KOUTSOUKIS, Jason. "U.S.-China Military Tensions Start to Rise as Trade War Deepens". Bloomberg, Politics. 26 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-09-26/u-s-china-military-tensions-start-to-rise-as-trade-war-deepens>>, Acesso em: 19 out. 2018.

WUTHNOW, Joel. "Chinese Perspectives on the Belt and Road Initiative: Strategic rationales, risks, and implications". *China Strategic Perspectives*, 12. Center for the Study of Chinese Military Affairs. Institute for National Strategic Studies. National Defense University. 2017.

WUTHNOW, Joel; SAUNDERS, Phillip C. "Chinese Military Reforms in the Age of Xi Jinping: drivers, challenges, and implications". *China Strategic Perspectives*, 10. Center for the Study of Chinese Military Affairs. Institute for National Strategic Studies. National Defense University. 2017.

YOSHIDA, Reijo (2018) "Abe's route to revising Article 9 crosses minefield of legalese". *The Japan Times*. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2018/03/12/reference/abes-route-revising-article-9-crosses-minefield-legalese/#.W8oyg9dKiUk>. Acessoem: 19 out 2018.

O debate sobre Transformação Militar na China: a reforma de 2015 no Exército de Libertação Popular (PLA)

Peterson Ferreira da Silva *

RESUMO

O objetivo deste trabalho é explorar o atual debate sobre transformação militar na China, concentrando-se na reforma iniciada em 2015 nas forças armadas chinesas (PLA – People's Liberation Army). Assim, são levantadas as principais questões e desafios contemporâneos do aparato militar chinês e os elementos centrais da reforma estabelecida a partir de 2015. Esta análise preliminar permite destacar a importância para o caso chinês da liderança política e das estratégias utilizadas para vencer resistências burocráticas e definir novas prioridades.

Palavras-chave: Estratégias de Transformação Militar; Geopolítica; Forças Armadas; Uso da Força; China.

ABSTRACT

The aim of this paper is to explore the current debate on military transformation in China, focusing on the reform initiated in 2015 in the Chinese People's Liberation Army (PLA). Thus, the main issues and challenges of the Chinese military apparatus and the central elements of the reform established from 2015 onwards are raised. This preliminary analysis highlights the importance for the Chinese case of political leadership and the strategies used to overcome bureaucratic resistance, as well as to define new priorities.

Keywords: Military Transformation Strategies; Geopolitics; Armed Forces; Defense; China.

*Doutor em Relações Internacionais (IRI-USP), professor do campus Brasília da Escola Superior de Guerra (ESG) e pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx). Este artigo, assim como as ideias, informações e dados nele contidos expressam o pensamento de seu autor, sendo de sua inteira responsabilidade, não representando necessariamente a posição do Ministério da Defesa, da Escola Superior de Guerra ou do Exército Brasileiro.

Sumário Executivo

Entre o final da Guerra Fria e a ascensão de Xi Jinping à presidência da China, as forças armadas chinesas (People's Liberation Army – PLA) sofreram poucas mudanças organizacionais, embora tenham recebido importantes novos investimentos em vários equipamentos modernos, como aeronaves de combate, navios aeródromos, meios navais e terrestres;

A partir de 2015, foi anunciada uma redução de 300.000 militares no PLA e uma profunda reorganização administrativa e organizacional, fortalecendo a autoridade da Comissão Militar Central (Central Military Commission – CMC), substituindo quatro grandes departamentos por quinze órgãos especializados (cortando um terço do pessoal) e reduzindo a tradicional preponderância do componente terrestre (People's Liberation Army Ground Force – PLAA) perante as outras forças;

Foram criadas uma Força de Apoio Estratégico (Strategic Support Force - SSF) e um quadro denominado de Joint Logistics Support Force. Assim, o PLA passou a contar com cinco forças principais: PLA Army, PLA Navy, PLA Air Force, Rocket Force e Strategic Support Force. Ao todo, o PLA totaliza cerca de 2.2 milhões de efetivo ativo;

Os sete comando militares de área foram substituídos por cinco comandos conjuntos. As forças passaram a se dedicar a organizar, treinar e equipar as tropas, enquanto os cinco comandos ficaram responsáveis pelos treinamentos conjuntos e operações;

Diversas atividades não-combatentes foram cortadas, mais de mil unidades militares foram extintas e 30% dos oficiais comissionados dispensados. Em 2017, a força terrestre teria passado a representar menos de 50% do total do PLA;

Estima-se o orçamento militar chinês em cerca de US\$ 228,2 bilhões (1,9% do PIB). Esse montante, segundo fontes não oficiais, estaria dividido em três partes praticamente iguais voltados, respectivamente, para gastos com pessoal; operações (incluindo treinamentos e exercícios) e equipamentos. Isso pode significar que China estaria próxima (ou até superaria) padrões de gastos militares perseguidos pelas principais potências da OTAN (EUA, Reino Unido, França e Alemanha), isto é, cerca de 2% do PIB alocado em defesa, sendo 20% desse montante dedicado a equipamentos e dispêndios com pessoal abaixo da linha de 50% do orçamento militar.

Introdução

Em setembro de 2015, o presidente chinês Xi Jinping declarou que cortaria 300.000 militares das forças armadas da China, o Exército de Libertação Popular (PLA, do inglês People's Liberation Army). Essa redução do efetivo militar foi uma das maiores em décadas. Em 1997, cerca de 500.000 militares foram dispensados e, em 2003, esse número foi de aproximadamente 200.000 (WUTHNOW; SAUNDERS, 2017, p. 8). No entanto, longe de representar um sinal de enfraquecimento do poder militar de Beijing, essa diminuição de pessoal, anunciado durante a parada militar para marcar os 70 anos do final da II Guerra Mundial, era apenas um dos primeiros passos de uma das mais importantes reformas realizadas no aparato militar da China (WONG; PERLEZ; BUCKLEY, 2015).

Em 2013, Xi Jinping foi nomeado pela Assembleia Nacional Popular (ANP) presidente da República Popular da China (RPC), sucedendo Hu Jintao (2003-2013). Desde o início de sua gestão, Xi colocou em pauta uma série de reformas econômicas e sociais no país (KROEBER, 2013; YAO; BLANCHARD, 2013). Consideradas por analistas como as mais ambiciosas desde Deng Xiaoping (1978-1990), essas amplas reformas podem ser visualizadas, sinteticamente, como uma tentativa de balizar as expectativas em torno da continuidade do crescimento econômico chinês com um cenário internacional abalado pelos desdobramentos da crise financeira de 2008.

Os primeiros sinais da intenção de Xi Jinping de expandir essas reformas para o campo militar do país se tornaram mais evidentes em 2014, quando foram divulgadas informações sobre um grupo de trabalho, sob a liderança direta de Xi, voltado para cumprir o objetivo de construir um “forte exército” (BLANCHARD, 2014; CHINESE armytoraise..., 2014; WUTHNOW; SAUNDERS, 2017, p. 9).

Em novembro de 2015, o presidente chinês anunciou seus planos para a

reorganização das forças armadas (PLA), diminuindo a tradicional influência do componente terrestre perante as outras forças, reduzindo funções não-combatentes e administrativas, assim como focando na dimensão conjunta (joint). Acumulando posições como a de secretário-geral do Partido Comunista da China e presidente da Comissão Central Militar (Central Military Commission – CMC), bem como sendo considerado o líder mais importante da China desde Mao, Xi Jinping tem reiteradamente investido seu poder e influência para aumentar seu controle sobre as forças armadas e para concretizar a reforma militar idealizada em 2015. Desde suas primeiras raízes, em 1927, os militares têm representado uma das instituições mais tradicionais (e influentes) de toda China (PAGE, 2016; LEI, 2018). No longo prazo, o plano do partido liderado por Xi Jinping é tornar o aparato militar chinês de primeira linha mundial em 2050 (LEI, 2017).

Pré-2015: Novos Projetos Militares, Mesmas Estruturas Organizacionais

A China é um dos países mais relevantes para as relações internacionais na atualidade. Segundo dados do Banco Mundial (2018), o país representa o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do planeta, ultrapassando US\$ 12 trilhões, atrás apenas dos Estados Unidos da América (EUA), com seus mais de US\$ 19 trilhões. Beijing também ocupou, em 2017, a segunda posição em gastos militares do mundo, segundo informações e dados disponibilizados por pesquisadores associados ao Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) (ver **Tabela 1**). Enquanto os EUA dispenderam, em 2017, cerca de US\$ 610 bilhões, os gastos militares chineses, no mesmo ano, foram estimados em aproximadamente US\$ 228 bilhões. Somados, esses dois países representam 48% de todo o gasto bélico mundial, sendo a contribuição dos EUA de 35% e da China, 13% (TIAN et al., 2018, p. 3). A principal diferença, todavia, é que enquanto os gastos militares norte-americanos

diminuíram cerca de 14% entre 2008 e 2017, na China esse mesmo montante aumentou 110% no mesmo período (Ibid., p. 2).

TABELA 1 – Os 15 Estados com os maiores gastos militares em 2017 (SIPRI, 2018) e os 15 maiores Produtos Internos Brutos (PIB) em 2017 (WORLD BANK, 2018)					
(Posição em 2017) País	Gastos militares em 2017 (\$ bi.)	Variação 2008-2017 (%)	Proporção do PIB em 2017 (%)	(Posição em 2017) País	PIB (milhões de US\$)
(1º) EUA	610	-14	3.1	(1º) EUA	19.390.604
(2º) China	[228]	110	[1.9]	(2º) China	12.237.700
(3º) Arábia Saudita	[69.4]	34	[10]	(3º) Japão	4.872.137
(4º) Rússia	66.3	36	4.3	(4º) Alemanha	3.677.439
(5º) Índia	63.9	45	2.5	(5º) Reino Unido	2.622.434
(6º) França	57.8	5.1	2.3	(6º) Índia	2.597.491
(7º) Reino Unido	47.2	-15	1.8	(7º) França	2.582.501
(8º) Japão	45.4	4.4	0.9	(8º) Brasil	2.055.506
(9º) Alemanha	44.3	8.8	1.2	(9º) Itália	1.934.798
(10º) Coréia do Sul	39.2	29	2.6	(10º) Canadá	1.653.043
(11º) Brasil	29.3	21	1.4	(11º) Rússia	1.577.524 a
(12º) Itália	29.2	-17	1.5	(12º) Coréia do Sul	1.530.751
(13º) Austrália	27.5	33	2.0	(13º) Austrália	1.323.421
(14º) Canadá	20.6	13	1.3	(14º) Espanha	1.311.320
(15º) Turquia	18.2	46	2.2	(15º) México	1.149.919

[] = Estimativa realizada por pesquisadores do SIPRI. Maiores detalhes em TIANet at. (2018, p. 2).
a. Baseados em dados oficiais russos. Mais informações em World Bank (2018, p. 4).

FONTE:o autor (2018), conforme informações e dados disponibilizados em: TIAN, Nan; FLEURANT, Aude; KULMOVA, Alexandra; WEZEMAN, PieterD.; WEZEMAN, Siemon T.. *Trends in World MilitaryExpenditure, 2017.* SIPRI FactSheet, May 2018 <https://www.sipri.org/sites/default/files/2018-05/sipri_fs_1805_milex_2017.pdf> (acesso em: 15/10/2018) e WORLD BANK. *World DevelopmentIndicatorsdatabase*, 21 September 2018 <<http://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf>> (acesso em: 15/10/2018).

O crescimento econômico chinês das últimas décadas pode ser visualizado como parte de um contexto de maior relevância dos países emergentes no delineamento da ordem internacional. Tal percepção ganhou mais notoriedade especialmente com o surgimento, em 2001, do acrônimo BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China – mais adiante a África do Sul foi incorporada ao grupo). China e Índia, sobretudo, desempenharam crescentes papéis na cena internacional nas últimas décadas, em contraste com os resultados obtidos nos últimos anos pelo Brasil e pela Rússia, os quais se mostraram abaixo das expectativas (MCLANNAHAN, 2015; MCRAE, 2018). Segundo dados do Banco Mundial (sem data), o PIB chinês cresceu anualmente acima dos

dois dígitos entre 2003 e 2007. Ademais, mesmo considerando os efeitos da crise de 2008 na economia global, durante os três primeiros meses de 2015, por exemplo, apenas três países (China, EUA e Índia) foram responsáveis por aproximadamente 80% do crescimento econômico global (THE ECONOMIST, 2015). Segundo economistas, espera-se que cerca de 70% do crescimento global nos próximos doze anos virá dos mercados emergentes, com destaque para a possibilidade de que a China ocupe a posição de maior economia mundial em 2030, ultrapassando os EUA. A Índia, por sua vez, pode ocupar a terceira posição, superando países como Japão, Alemanha, Reino Unido e França (MCRAE, 2018).

Paralelamente à sua pujança econômica, visualizam-se esforços na China para tentar equiparar o seu poder militar ao econômico. País nuclearizado desde os anos 60 e membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 1971, Beijing investiu em uma nova fase de modernização militar após a Queda do Muro de Berlim e depois do desempenho tecnológico obtido pelos EUA na I Guerra do Golfo (1990-1991). Durante a presidência de Jiang Zemin (1993-2003), e diante de episódios como as pressões norte-americanas durante a crise no estreito de Taiwan na metade dos anos 90, houve empenho governamental para instituir controles mais rígidos sobre as organizações militares, para aproximar o PLA do Partido Comunista Chinês (PCC), bem como para enfrentar a corrupção e os privilégios que militares detinham dentro do regime (MALAFAIA, 2015, p. 131). No entanto, esse quadro seguiu praticamente sem grandes alterações com Hu Jintao (2003-2013), embora estímulos tenham sido feitos em direção à modernização das forças armadas durante os anos 2000 (PAGE, 2016).

O governo chinês passou a investir pesadamente em novos equipamentos, em operações conjuntas e em Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Entre os principais projetos militares, podem ser destacados, por exemplo, o desenvolvimento de diferentes versões de aeronaves com tecnologias furtivas aos radares baseadas no Chengdu J-20 (DOMINGUEZ; JOHNSON, 2018); o aperfeiçoamento contínuo de mísseis, especialmente antissatélites e antinavios, como parte do que os norte-americanos denominam de estratégia de antiacesso e de negação de área (A2/AD) (MYERS, 2018); os investimentos em navios aeródromos (incluindo planos envolvendo a incorporação de propulsão nuclear) (YUSHA, 2018); e o ritmo elevado de produção doméstica de dezenas de submarinos e navios de guerra (YEO, 2018).

A maior parte desses novos e bilionários projetos militares ganharam impeto na agenda política chinesa ao longo dos anos

2000, porém contrastavam com estruturas organizacionais e práticas internas do PLA incompatíveis com a guerra moderna. Chasen et. al (2015), por exemplo, identificam e organizam algumas das fragilidades das forças armadas chinesas (PLA), verificadas antes das reformas de 2015, em dois grandes grupos.

O primeiro grupo reúne deficiências organizacionais e associadas a capital humano e, nesse quesito, é possível salientar, por exemplo, (i) fricções na relação entre o Partido Comunista Chinês (PCC) e o PLA, uma vez que é possível identificar correntes entre militares defendendo adespolitização e a nacionalização das forças armadas (ibid., p. 44; WUTHNOW; SAUNDERS, 2017, p. 33); (ii) problemas de coordenação das atividades do PLA com outras políticas públicas, criando um afastamento civil-militar em relação a outros órgãos e autoridades do Estado chinês distintos do PCC – incluindo dificuldades de supervisão e de controle civil (Ibid., p. 45-47); (iii) elevado nível de corrupção nas forças armadas (Ibid., p. 48); (iv) tendência dos mais baixos escalões de evitar tomadas de decisão, projetando a responsabilidade para os níveis mais altos – o que constrange iniciativas operacionais (Ibid., p. 50); e (v) inclinação de evitar treinamentos mais desafiadores ou realísticos.

Often, exercises are seen as failures if “red” (i.e., the PLA) does not win, so exercises are not seen as a chance to identify problems during training that can be remedied before actual wartime operations commence. Additionally, political pressures and a culture of treating exercises and training as opportunities to impress one’s superiors further erode the utility of exercises as tools to surface and address problems in military organization, planning, and execution (CHASEN et al., 2015, p. 50).

Além disso, ainda é possível ressaltar (vi) a tradicional preponderância do componente terrestre (People’s Liberation Army Ground Force – PLAA) perante outras forças, o que dificulta atividades e operações conjuntas (Ibid., p. 51); (vii) o baixo nível de contato entre oficiais chineses com experiências

internacionais e de combate; (viii) o grande efetivo das forças armadas chinesas como um todo, demandando um esforço logístico e administrativo massivo para manter 2,3 milhões de militares, sendo compostas por grandes proporções de conscritos em sua base e de oficiais e cargos políticos em seu topo (Ibid., p. 53-55); e (ix) as ultrapassadas estruturas de comando e controle, envolvendo diferentes autoridades, como os onze membros do CMC, quatro departamentos e sete regiões militares (Ibid., p. 57).

Já o segundo grupo de fragilidades apontadas por Chasen et al. (2015) abrange questões mais ligadas às capacidades militares e à logística, incluindo capacidades insuficientes de transporte aéreo estratégico, quantidades limitadas de aeronaves especializadas e deficiências na defesa aérea e em guerra antissubmarina (ibid., p. x). Apenas a título de ilustração, entre as vulnerabilidades identificadas por esses autores apenas no âmbito da força terrestre chinesa (People's Liberation Army Ground Force – PLAA) podem ser destacadas, por exemplo, (i) o desafio da qualidade dos recursos humanos sob a perspectiva das capacidades militares, especialmente quando se leva em consideração que a China não participa de uma grande conflito desde a Guerra Sino-vietnamita (1979) (ibid., p. 76); (ii) as dificuldades em se obter um corpo profissional e moderno de graduados (non-commissioned officers - NCOs) e em se realizar treinamentos efetivamente voltados para o aperfeiçoamento de capacidades operacionais (Ibid., p.77); (iii) os desafios ligados à informatização e à modernização dos sistemas de comunicações, inteligência, monitoramento e reconhecimento; e (iv) os problemas logísticos e de disponibilidade de modernos equipamentos (ibid., p. 78).

No início da segunda década do século XXI, várias questões colocaram as forças armadas chinesas sob pressão, tais como os separatismos de Taiwan e do Tibete, tensões na fronteira com a Índia, o futuro das relações com a Rússia, os rumos da nuclearizada Coreia do Norte sob Kim Jong-un (2011-), as disputas territoriais no Mar do Sul da China (incluindo a construção de ilhas artificiais) e a

presença de meios militares norte-americanos, australianos e japoneses no seu entorno regional. Em um ambiente de vulnerabilidades e de ameaças em constante transformação, não bastavam novos projetos de aeronaves, de meios navais e terrestres permeando velhas estruturas e culturas organizacionais. Foi nesse quadro e com a ascensão de Xi Jinping que a reforma de 2015 nas forças armadas começou a ser delineada.

Política de Defesa Chinesa: Uma Política “de Partido”

O principal fio condutor da reforma de Xi Jinping iniciada em 2015 é mais abrangente do que garantir forças armadas modernas, bem equipadas, adestradas e capazes de cumprir suas missões. Os temas ligados ao PLA podem ser vistos como um campo tradicionalmente arenoso para as lideranças do país, em função do histórico papel que os militares obtiveram dentro do regime ao longo de décadas, inclusive assumindo diversas atividades não-combatentes, burocrático-administrativas e comerciais, especialmente com Deng Xiaoping (1978-1990) (PAGE, 2016).

Assim, é possível afirmar que a atual reforma de 2015 no PLA é marcada mais pelo caráter político do que técnico-militar. Não se trata, portanto, de meramente garantir mais recursos para a continuidade dos principais projetos militares em curso, mas sim de aperfeiçoar as estruturas internas das forças armadas da China, preparando-as para os desafios da guerra moderna. Nessa direção, Xi Jinping inseriu os militares nos radares de uma abrangente campanha anticorrupção de nível nacional – o que vem servindo não só para garantir a sobrevivência do PCC no poder, mas também para consolidar a própria liderança do presidente (BUCKLEY, 2015; BRANIGAN, 2015). Segundo a agência de notícias oficial do governo chinês, Xinhua, apenas em 2017 um total de 159.100 pessoas foram punidas por corrupção (CHINA punishes..., 2018).

The main political driver of the reform was the desire to tighten political control and supervision of the PLA. On one level, this goal reflects Xi's general tendency toward centralizing authority through the Party-state and his use of the anti-corruption campaign as both a means of re-building the Party's image and as a weapon against opponents (WUTHNOW; SAUNDERS, 2017, p. 32).

Além do intuito de assegurar maior controle político e supervisão das forças armadas chinesas (PLA), outros dois principais objetivos da reforma apontados por Wuthnow e Saunders (2017, p. 23) são: (i) aperfeiçoar a capacidade de conduzir operações conjuntas em vários domínios (com o estabelecimento de um sistema de dois níveis de comando e de operações conjuntas) e (ii) avançar na “integração civil-militar”, sobretudo no que se refere ao sistema de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) associado à defesa. Nesse sentido, foram buscadas maiores integrações entre capacidades de comando, controle, comunicações, computadores, inteligência, monitoramento e reconhecimento (C4ISR, do inglês) (Ibid., p. 28). Também foi perseguida a redução da influência do componente terrestre (PLAA) no aparato militar, por meio do aumento de efetivo das outras forças e pela criação de quartel-general específico para o exército no mesmo nível das outras forças irmãs (Ibid., p. 30).

Para implementar essa reforma, segundo os mesmos autores, o grupo liderado por Xi Jinping buscou, por exemplo, inserir as mudanças no aparato militar no conjunto mais amplo de reformas implementadas na China a partir de 2013, atrelando a pauta militar à imagem das mais elevadas prioridades do PCC, contando com envolvimento pessoal de Xi (Ibid., p. 37). Outra estratégia utilizada para evitar grandes reações no alto oficialato foi a manutenção de patentes e o oferecimento de posições similares às já ocupadas durante as transformações organizacionais, protegendo os oficiais mais antigos e recompensando os “perdedores” alcançados pelos efeitos das mudanças – o que, ao mesmo tempo, minou potenciais oposições (Ibid., p. 39-40). No mesmo sentido, o maior

envolvimento pessoal de Xi Jinping nos processos seletivos e de promoção do alto nível dos oficiais significou a oportunidade de recompensar aliados e de abrir caminho para apoiadores de sua reforma (Ibid., p. 41).

Saunders e Wuthnow (2016, p. 70) também observam algumas similaridades entre a nova organização sendo montada na estrutura militar chinesa e a existente nos EUA. Contudo, esses autores apontam a questão partidário-ideológica chinesa imbuída no PLA, com claros reflexos na tomada de decisão, como a principal distinção em relação ao sistema adotado nos EUA, tornando a reforma encabeçada por Xi Jinping uma espécie de “Goldwater-Nichols com características chinesas”. Já conforme Kokoshin (2016, p. 2), seria incorreto comparar essa reforma de 2015 com os desdobramentos do Goldwater-Nichols de 1986 nos EUA. Isso porque a iniciativa de Xi Jinping teria propósitos muito mais amplos e minuciosos, “especialmente porque afeta seriamente a política doméstica do país e se encontra relacionada a problemas de estabilidade do sistema político chinês”.

As reformas de 2015: Centralização, Foco na Dimensão ‘Joint’ e diminuição de efetivos

A nova configuração das forças armadas chinesas (PLA) é, sobretudo, uma redefinição das relações de autoridade. Os quatro departamentos (General Staff Department, General Political Department, General Logistics Department e General Armaments Department) subordinados à Comissão Central Militar (CMC – Central Military Commission), até então tradicionalmente liderados por oficiais do componente terrestre (WUTHNOW; SAUNDERS, 2017, p. 5), deram lugar a 15 órgãos especializados de três tipos (departamentos, comissões e escritórios).

Nesse contexto, é possível destacar o papel exercido pelo novo General Office (incumbido, entre outras funções, de

supervisionar a implementação das reformas – Ibid., p. 11) e pelo recém-criado EquipmentDevelopmentDepartment (EDD), responsável por supervisionar o desenvolvimento de armamentos das forças armadas, assim como por estabelecer reformas nos sistemas de P&D e de aquisições (Ibid., p. 36). De acordo com informações divulgadas pelo Ministério da Defesa Nacional chinês (Ministry of National Defense – MND) em uma coletiva de imprensa, há indicativos de uma maior centralização nas aquisições de defesa chinesas:

Q:

How is the EquipmentDevelopmentDepartment adjusted and reformed?

A: The CMC EquipmentDevelopmentDepartment is mainly responsible for development and planning, R&D, testing and authentication, procurement management and information system construction for the whole military's equipment. We aim to establish a structure in which the CMC EquipmentDevelopmentDepartment takes overall charge, different military services focus on specific construction and management, and battle zones use the equipment in a coordinated way (MND holds..., 2016).

No nível das forças, o Segundo Corpo de Artilharia foi renomeado como Força de Foguetes (Rocket Force), permanecendo no mesmo nível que as outras forças e sendo responsável pela dissuasão nuclear e por ataques precisos com mísseis. Também foi criada a Força de Apoio Estratégico (StrategicSupport Force - SSF), definida como “um novo tipo de força de combate para manter a segurança nacional e um ponto importante de fomento das capacidades de combate das PLA”. O propósito da SSF, por enquanto, seria focar em inovação e na integração entre desenvolvimentos militares e civis, sendo possível observar parcerias estratégicas com empresas dos ramos de transportes ferroviários, comunicações e de energia (PLA StrategicSupport..., 2018). Entre as áreas de atuação da SSF especuladas estão a cibernética, a guerra eletrônica, a satelital e a informacional no contexto de

operações conjuntas (WUTHNOW; SAUNDERS, 2017, p. 15-16). Outras novidades que podem ser salientadas são a criação de um quadro denominado de Joint LogisticsSupport Force e a criação de um quartel-general específico para o componente terrestre (PLAA).

No site do MND, estão elencadas cinco forças: Exército (PLA Army), Marinha (PLA Navy), Força Aérea (PLA Air Force), Força de Foguetes (Rocket Force) e Força de Apoio Estratégico (StrategicSupport Force), assim como outras duas “forças”, a Força de Polícia Armada (Armed Police Force) e a Força de Reserva (Reserve Force).

Uma das importantes mudanças suscitadas pela reforma de 2015 foi a substituição dos sete comandos militares de área chineses por cinco Comandos Conjuntos (Theater Commands - TC) voltados para operações conjuntas. Assim, basicamente, enquanto as forças passam a deter a responsabilidade de organizar, treinar e equipar tropas, serão os Comandos Conjuntos os encarregados de conduzir treinamentos conjuntos e operações militares em situações de confronto (WUTHNOW; SAUNDERS, 2017, p. 17-18).

Segundo informações divulgadas pelo Military Balance (IISS, 2017, p. 279), a China contava com um efetivo militar ativo de cerca de 2.183 milhões de pessoas, sendo:

- Ground Forces: 1.150.000
- Navy: 235.000
- Air Force: 398.000
- Strategic Missile Forces: 100.000
- StrategicSupport Force: 150.000
- Outros: 150.000
- Paramilitares: 660.000

Torna-se relevante mencionar também que, conforme fontes não oficiais, o orçamento militar chinês, estimado em cerca de US\$ 228,2 bilhões (1,9% do PIB), estaria dividido em três partes praticamente iguais dedicadas, respectivamente, para gastos com pessoal, operações (incluindo treinamentos e exercícios) e equipamentos (WHAT does

China..., sem data). Isso significaria que a China estaria, em tese, próxima (ou até superaria) padrões de gastos militares perseguidos pelas principais potências da OTAN (EUA, Reino Unido, França e Alemanha), isto é, cerca de 2% do PIB alocado em defesa, sendo 20% desse montante dedicado a equipamentos e dispêndios com pessoal abaixo da linha de 50% (OTAN, 2018).

Com base em informações divulgadas em 2017 pela agência chinesa Xinhua, o balanço das reformas de 2015 pode ser assim sintetizado: (i) quatro departamentos gerais foram reorganizados em quinze agências no âmbito da Comissão Militar Central (CMC), significando um corte de um terço de Pessoal; (ii) cinco comandos conjuntos (TheaterCommands – TC) foram estabelecidos para substituir os então existentes sete comandos militares de área (MilitaryAreaCommands); (iii) uma nova estrutura militar foi estabelecida sob liderança geral do CMC, enquanto os comandos conjuntos são responsáveis por operações militares e as forças (services) se concentram no desenvolvimento de capacidades militares; (iv) após um notável enxugamento das forças terrestres (PLAA), essas passaram a representar, em 2017, menos de 50% das forças armadas chinesas (PLA); (v) mais de mil unidades no nível de regimento ou acima, assim como 30% dos oficiais comissionados, foram cortados durante a reforma; (vi) 77 instituições de ensino militar foram reagrupadas em 43, incluindo a fortalecida Universidade Nacional de Tecnologia em Defesa (NUDT), criada em 1953; e (vii) novas leis e regulamentos sobre assuntos militares foram introduzidos ou alterados, incluindo um regulamento revisado sobre o pessoal civil nas forças armadas, lançado em 10 de novembro de 2017 (FACTS and figures..., 2017).

Com base nesse regulamento de novembro de 2017 e segundo informações difundidas pela agência Xinhua, cabe sublinhar que o CMC teria aprovado a condução, em 2018, de um inédito processo de recrutamento de civis para as forças

armadas (PLA). Essa seleção teria atraído mais de 140 mil participantes para os exames realizados em 42 cidades. Mencionando uma fonte militar, a mesma notícia indica que aproximadamente um em cada 15 candidatos seria recrutado. Mesmo que o real número de civis selecionados se revele abaixo da referida estimativa, trata-se de um marco importante para a estrutura de defesa chinesa, haja vista que o Ministry of National Defense (MND) até recentemente não dispunha de especialistas civis em defesa que “pudessem auxiliar no refinamento das capacidades combatentes ou da doutrina das forças armadas (PLA), bem como nenhuma aptidão em prover supervisão ou assegurar a consecução entre os objetivos da autoridade nacional e as ações das forças armadas” (CHASE et al., 2015, p. 46-47).

In the military, "civilian personnel" refers to those who work in management or professional technical posts. They perform the duties of civilian positions in peace time, but work in active service if necessary, according to a revised regulation on civilian personnel made public in November (CHINESE military launches..., 2018).

O balanço das reformas de 2015 apresenta uma nova estrutura militar, direcionada ao desenvolvimento de capacidades militares.

Considerações Finais

Este texto se debruçou sobre o atual debate sobre transformação militar na China, focando na reforma iniciada em 2015 nas forças armadas chinesas (PLA) sob a liderança de Xi Jinping.

Com um papel cada vez mais relevante no cenário internacional, a China está situada em um entorno regional repleto de desafios, como a questão de Taiwan, da nuclearizada Coreia do Norte, das disputas territoriais no Mar do Sul da China e dos embates de interesses e de percepções por parte de países como, por exemplo, EUA, Japão, Índia, Rússia e Austrália.

Detentora da segunda maior economia do mundo, a China tem investido

aproximadamente 1,9% do seu PIB em defesa e, a partir das reformas de 2015, parece ter abraçado o compromisso de desenvolver forças armadas de primeira linha até 2050.

Para tanto, ao lado de bilionários e tecnologicamente complexos projetos militares, como, por exemplo, novos navios aeródromos, submarinos, aeronaves de combate e meios navais, as forças armadas chinesas também estão tendo suas estruturas organizacionais renovadas, substituindo tradicionais zonas de conforto burocráticas por comandos conjuntos, fomentando novas culturas organizacionais, diminuindo efetivos administrativos, otimizando cadeias de comando e de controle, extinguindo unidades militares, reduzindo contingentes, aglutinando atividades comuns e abrindo caminho para uma maior integração civil-militar, especialmente no campo da ciência e tecnologia.

Nesse contexto, torna-se interessante frisar fatores como o envolvimento direto de Xi Jinping, os movimentos de construção de apoio para a reforma (mesmo antes de efetivamente iniciá-la) e as estratégias utilizadas para sobrepujar resistências burocráticas em um regime fortemente ideologizado e dependente do suporte das forças armadas para a sua manutenção.

Referências

BLANCHARD, Ben. China's Xi assumes new role overseeing military reform. Reuters, March 15, 2014. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-china-defence/chinas-xi-assumes-new-role-overseeing-military-reform-idUSBREA2E05W20140315>>. Acesso em: 15/10/2018.

BRANIGAN, Tania. Politburo, army, casinos: China's corruption crackdown spreads. The Guardian, February 14, 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/feb/14/china-corruption-crackdown-spreads-xi-jinping>>. Acesso em: 15/10/2018.

BUCKLEY, Chris. Ex-military leader in China is subject of graft inquiry. The New York Times, July 30, 2015. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2015/07/31/world/asia/ex-military-leader-in-china-is-subject-of-graft-inquiry.html?mtrref=undefined>>. Acesso em: 15/10/2018.

CHASE, Michael S.; ENGSTROM, Jeffrey; CHEUNG, Tai Ming; GUNNESS, Kristen A.; HAROLD, Scott Warren; PUSKA, Susan; BERKOWITZ, Samuel K. China's incomplete military transformation. Rand Corporation, 2015. Disponível em: <https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR800/RR893/RAND_RR893.pdf>. Acesso em: 15/10/2018.

CHINA punishes 159,100 in anti-graft campaign in 2017. Xinhuanet, January 7, 2018. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2018-01/07/c_136878338.htm>. Acesso em: 15/10/2018.

CHINESE army to raise military training standards. The People's Republic of China. Ministry of National Defense (source: Xinhua), March 20, 2014. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/DefenseNews/2014-03/20/content_4498796.htm#>. Acesso em: 15/10/2018.

DOMINGUEZ, Gabriel; JOHNSON, Reuben F. China to develop new J-20 variants, Begin research on ‘sixth-generation’ fighter, says report. IHS Jane’s Defence Weekly, 14 March 2018. Disponível em: <<https://www.janes.com/article/78569/china-to-develop-new-j-20-variants-begin-research-on-sixth-generation-fighter-says-report>>. Acesso em: 15/10/2018.

FACTS and figures on China’s military reform. China Military, December 19, 2018. Disponível em: <http://eng.chinamil.com.cn/view/2017-12/19/content_7873713.htm>. Acesso em: 15/10/2018.

IISS – International Institute for Strategic Studies. The Military Balance. Routledge, 2017.

KOKOSHIN, Andrei A. 2015 Military reform in the People’s Republic of China. Harvard Kennedy School, Belfer Center for Science and International Affairs, October 2016. Disponível em: <<https://www.belfercenter.org/publication/2015-military-reform-peoples-republic-china>>. Acesso em: 15/10/2018.

KROECKER, Arthur R. Xi Jinping’s ambitious agenda for economic reform in China. Brookings, November 17, 2013. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/opinions/xi-jinping-s-ambitious-agenda-for-economic-reform-in-china/>>. Acesso em: 15/10/2018.

LEI, Zhao. PLA to be world-class force by 2050. China Daily, October 27, 2017. Disponível em: <http://usa.chinadaily.com.cn/china/2017-10/27/content_33756501.htm>. Acesso em: 15/10/2018.

LEI, Zhao. Xi requires military to enhance Party building. China Daily, August 20, 2018. Disponível em: <<http://www.chinadaily.com.cn/a/201808/20/WS5b79bf2ba310add14f3868e1.html>>. Acesso em: 15/10/2018.

MALAFIA, Thiago. Modernização militar na RPC: mudança doutrinária e implementação prática. AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.4, n.8, Jul./Dez. 2015, p. 130-162. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/austral/article/view/50876/36985>>. Acesso em: 15/10/2018.

MCLANAHAN, Ben. Goldman fund walks away from the Brics era. Financial Times, November 8, 2015. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/89f59acc-8679-11e5-8a12-b0ce506400af>>. Acesso em: 15/10/2018.

MCRAE, Hamish. By 2030, economies like China and India will hold dominance over West – and influence our decisions. Independent Voices, September 26, 2018. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/voices/hsbc-economies-china-india-emerging-west-east-technology-a8556346.html>>. Acesso em: 15/10/2018.

MND holds press conference on CMC organ reshuffle. China Military Online, January 12, 2016. Disponível em: <http://eng.chinamil.com.cn/view/2016-01/12/content_7160578.htm>. Acesso em: 15/10/2010.

MYERS, Steven. With ships and missiles, China is ready to challenge U.S. Navy in Pacific. The New York Times, August 29, 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/08/29/world/asia/china-navy-aircraft-carrier-pacific.html>>. Acesso em: 15/10/2018.

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte. Defence expenditure of NATO countries (2010-2017). Communiqué PR/CP (2018) 16, 15 March, 2018. Disponível em: <https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2018_03/20180315_180315-pr2018-16-en.pdf>. Acesso em: 15/10/2018.

PAGE, Jeremy. President Xi Jinping's most dangerous venture yet: remaking China's military. The Wall Street Journal, April 24, 2016. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/president-xi-jinping-s-most-dangerous-venture-yet-remaking-chinas-military-1461608795>>. Acesso em: 15/10/2018.

PLA Strategic Support Force seeks cooperation with central enterprises. China Military Online, June 6, 2018. Disponível em: <http://eng.chinamil.com.cn/view/2018-06/06/content_8054158.htm>. Acesso em: 15/10/2018.

SAUNDERS, Phillip C.; WUTHNOW, Joel. China's Goldwater-Nichols? Assessing PLA organizational reforms. Joint Force Quarterly, 3rd quarter, 82, July 1, 2016, p. 68-75. Disponível em: <<http://ndupress.ndu.edu/Media/News/Article/793267/chinas-goldwater-nichols-assessing-pla-organizational-reforms/>>. Acesso em: 15/10/2018.

THE ECONOMIST. World GDP. Economic and financial indicators, June 13th, 2015. Disponível em: <<https://www.economist.com/economic-and-financial-indicators/2015/06/13/world-gdp>>. Acesso em: 15/10/2018.

TIAN, Nan; FLEURANT, Aude; WEZEMAN, Pieter D.; WEZEMAN, Siemon T.; KULMOVA, Alexandra. Trends in World Military Expenditure, 2017. SIPRI Fact Sheet, May 2018. Disponível em: <https://www.sipri.org/sites/default/files/2018-05/sipri_fs_1805_milex_2017.pdf>. Acesso em: 15/10/2018.

WHAT does China really spend on its military? Center for Strategic and International Studies (CSIS), China Power, sem data. Disponível em: <<https://chinapower.csis.org/military-spending/>>. Acesso em: 15/10/2018.

WONG, Edward; PERLEZ, Jane; BUCKLEY, Chris. China announces cuts of 300,000 troops at military parade showing its might. The New York Times, Sept., 2, 2015. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2015/09/03/world/asia/beijing-turns-into-ghost-town-as-it-gears-up-for-military-parade.html>>. Acesso em: 15/10/2018.

WORLD BANK. GDP growth (anual %) – China (1961-2017). Sem data. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2017&locations=CN&start=1961>>. Acesso em: 15/10/2018.

WORLD BANK. Gross domestic product 2017. World Development Indicators database, 1 July 2018. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf>>. Acesso em: 15/10/2018.

WUTHNOW, Joel; SAUNDERS, Phillip C. Chinese military reforms in the Age of Xi Jinping: drivers, challenges, and implications. National Defense University (NDU), Institute for National Strategic Studies (INSS), Center for the Study of Chinese Military Affairs, China Strategic Perspectives, nº 10, March 2017. Disponível em: <<http://ndupress.ndu.edu/Media/News/Article/1125539/chinese-military-reforms-in-the-age-of-xi-jinping-drivers-challenges-and-implic/>>. Acesso em: 15/10/2018.

YAO, Kevin; BLANCHARD, Ben. China unveils boldest reform in decades, shows Xi in command. Reuters, November 15, 2013. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-china-reform/china-unveils-boldest-reforms-in-decades-shows-xi-in-command-idUSBRE9AE0BL20131115>>. Acesso em: 15/10/2018.

YEO, Mike. China's military capabilities are booming, but does its defense industry mirror that trend? Defense News, August 14, 2018. Disponível em: <<https://www.defensenews.com/top-100/2018/08/14/chinas-military-capabilities-are-booming-but-does-its-defense-industry-mirror-that-trend/>>. Acesso em: 15/10/2018.

YUSHA, Zhao. China one step closer to nuke-powered aircraft Carrier with cutting-edge icebreaker comes on stream. China Military/Global Times, June 23, 2018. Disponível em: <http://eng.chinamil.com.cn/view/2018-06/23/content_8069129.htm>. Acesso em 15/10/2018.

ORGANIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E ATUAÇÃO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.

Fernando da Silva Rodrigues*

RESUMO

O objetivo desse ensaio é investigar a organização, a preparação e a atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), identificando os motivos para o envio da tropa brasileira, na Segunda Guerra Mundial, ao teatro de operações do Mediterrâneo (Itália), como parte das atividades conjuntas da relação político-militar entre Brasil e Estados Unidos da América, e os problemas e tensões relacionados à preparação e atuação dessa tropa.

Palavras-chave: Força Expedicionária; Guerra; Operações; Armamento.

ABSTRACT

The objective of this essay is to investigate the organization, preparation and performance of the Brazilian Expeditionary Force (FEB), identifying the reasons for sending the Brazilian troops in the Second World War to the theater of operations of the Mediterranean (Italy) as part of the activities joint military-political relationship between Brazil and the United States of America, and the problems and tensions related to the preparation and performance of that troop.

Keywords: Expeditionary Force; War; Operations; Weaponry.

* Pós-Doutor em História Política, professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, coordenador do Grupo de Pesquisa História Militar e Fronteiras, coordenador do GT de História Militar da ANPUH-RJ, pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, e Jovem Cientista do Nosso Estado, da FAPERJ.

Sumário Executivo

Neste ensaio analisei como foi realizada a organização, a preparação e a atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Procurei identificar os motivos para o envio da tropa brasileira, na Segunda Guerra Mundial, ao teatro de operações do Mediterrâneo (Itália), que fizeram parte das atividades conjuntas da relação político-militar entre Brasil e Estados Unidos da América, e os problemas e tensões relacionados à preparação e atuação dessa tropa. A investigação, pautada em análise bibliográfica e documental abre espaço para outras discussões, relacionadas a dificuldades na mudança doutrinária, no treinamento dos expedicionários no Brasil e na Europa, na aquisição de armamento dos Estados Unidos e da Alemanha, e no recrutamento para formar uma divisão de infantaria expedicionária, quando a proposta inicial era organizar um Corpo de Exército, composto por três divisões de infantaria expedicionária.

Ao final do ensaio deixei abertos dois pontos que não foram levantados nessa investigação, e que precisam no futuro serem pesquisados com mais profundidade: em primeiro lugar, por que o Brasil se recusou a participar da ocupação dos países conquistados do Eixo (Áustria) e; em segundo lugar, por que o Exército desmobilizou a sua Força Expedicionária antes de chegar ao Brasil, de forma tão rápida. Ambas as ações afetaram a posição política do Brasil após a Segunda Guerra Mundial e diminuíram a possibilidade de obter um assento permanente no futuro Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Introdução

Como marco analítico, pontuamos nossas relações político-militares com os Estados Unidos da América, ocasião em que o Brasil aderiu à causa aliada na Segunda Guerra Mundial, após a reunião dos Chanceleres, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, no contexto de desconfiança em relação aos britânicos, o que aumentou nossa dependência do material estadunidense. Em 1939, o Brasil estava efetivamente desarmado. O armamento existente era antiquado e escasso, não tínhamos base industrial que pudesse produzir armas em grande quantidade, de modo que dependíamos do que poderíamos obter dos EUA. Entre 1938 e final de 1941, o Brasil havia tentado mudar esse cenário ao realizar uma substantiva compra de material bélico da Alemanha, mas com o início da guerra e o bloqueio naval britânico, a maioria desse material não chegou ao solo brasileiro.

Nesse ensaio, é nosso objetivo investigar a organização, a preparação e a atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), identificando os motivos para o envio ao teatro de operações do Mediterrâneo, como parte das atividades conjuntas da relação político-militar entre Brasil e Estados Unidos da América.

Força Expedicionária Brasileira foi o nome recebido pela tropa da Divisão de Infantaria constituída em 09 de agosto de

1943 e enviada à Itália em 1944 sob o comando do General de Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes para lutar contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). A designação FEB englobou as forças brasileiras de terra, mar e ar que lutaram na Segunda Guerra Mundial.

Os planos iniciais brasileiro previam a mobilização e envio de um Corpo de Exército, ou seja, três divisões totalizando cerca de 60 mil homens. No entanto, essa empreitada seria um grande esforço para o Exército, pois a força terrestre na época somava cerca de noventa mil homens, estabelecida por todo território nacional, com armamento obsoleto, e mal treinados. Mesmo com um esforço extraordinário para o recrutamento do pessoal militar, o Corpo Expedicionário não se concretizou. Além das dificuldades médicas, físicas e psicológicas de seleção, ocorreu também, o desentendimento entre o alto escalão militar brasileiro e estadunidense sobre o fornecimento de armas para treinamento no Brasil. Nesse contexto, somente a 1^a Divisão de Infantaria Expedicionária (1^a DIE) foi organizada (Oliveira, 2015B, p. 310-311).

Força Expedicionária Brasileira: organização e preparação.

Em 09 de agosto de 1943, pela Portaria Ministerial nº 4.744, publicada em boletim reservado de 13 do mesmo mês, foi

estruturada a tropa expedicionária, baseada no modelo do exército norte-americano, constituída pela 1^a Divisão de Infantaria Expedicionária e por órgãos não divisionários. A 1^a DIE, comandada por um general de divisão e seu estado Maior, deveria compreender: uma infantaria divisionária, comandada por um general de brigada e composta de três regimentos de infantaria (1º RI, 6º RI e 11º RI); uma artilharia divisionária, comandada por um general de brigada e composta de quatro grupos de artilharia (três de calibre 105 e um de calibre 155); uma esquadrilha de aviação destinada à ligação e à observação; um batalhão de engenharia (9º BE); um batalhão de saúde; um esquadrão de reconhecimento motomecanizado. Os elementos da tropa especial, dentro da lógica de uma nova formação organizacional eram compostos por: uma companhia do Quartel General da 1^a DIE, uma companhia de manutenção, uma companhia de transmissões, uma companhia de intendência, um pelotão de sepultamento, um pelotão de polícia militar e uma banda de música¹.

Além dos elementos divisionários de combate a FEB teve, também, elementos não divisionários constituídos por tropa, com um batalhão de trabalhadores e uma companhia do Depósito de Intendência; e a parte de serviços que atuou na área de saúde, com uma

companhia de ambulância, hospital de campanha, hospital primário nº 1 (semimóvel), duas seções brasileiras que funcionaram no Hospital norte-americano, uma subseção brasileira que funcionou no hospital norte-americano de convalescentes, uma subseção brasileira que funcionou no hospital norte-americano de Base. Atuaram também no serviço de pagamento, no Depósito de Intendência, no serviço postal, no posto regulador postal de Ultramar, no Conselho Superior de Guerra e nas duas auditorias militares.

Ainda durante a fase de estruturação da FEB vários oficiais brasileiros foram enviados aos EUA para participar de cursos em bases militares norte-americanas. Em sua maioria, esses oficiais passaram três meses na Escola de Comando e Estado Maior do Fort Leavenworth, no estado de Kansas. Esse estágio permitiu que os oficiais brasileiros se familiarizassem com a doutrina militar norte-americana. Orientados no sentido de movimentos rápidos e audaciosos, altamente motorizados, o novo método tinha por objetivo reduzir as marchas a pé e a utilização de cavalos. Os norte-americanos propunham ainda a padronização das armas, cabendo aos brasileiros o uso dos calibres de 105 mm e 155 mm, de que o Brasil ainda não dispunha.

O treinamento para combate que o exército brasileiro adotava antes da Segunda Guerra Mundial com base no modelo doutrinário francês era voltado para as

¹ BRASIL, 1943-1945, p.9.

principais missões no período entre guerras: a repressão a conflitos internos e a defesa de fronteiras. Mesmo assim, era deficiente. Os exercícios de infantaria, quando realizados, eram feitos com munição racionada, por pelotões e companhias, raramente por batalhões. A artilharia também sofria com a escassez de munições para exercícios. A preparação priorizava a guerra defensiva, de posições, e não acompanhava a evolução das doutrinas de combate para a guerra de movimento.

Só nos últimos meses de 1943, ficou decidido que o Brasil enviaría um corpo expedicionário para lutar no Mediterrâneo. Em 30 de novembro, foi designada a Comissão Militar Brasileira, que, sob a chefia do general Mascarenhas de Moraes, tinha por objetivo observar de perto o teatro de operações no Mediterrâneo. Além de oficiais brasileiros, a comissão era também integrada por oficiais norte-americanos. Pouco antes de regressar da Itália e da África, o general Mascarenhas foi nomeado oficialmente comandante da 1^a DIE.

Com relação ao armamento, a maior parte do material recebida dos Estados Unidos ficaram na 1^a Região Militar no Rio de Janeiro, itens constituídos por: 363 metralhadoras .30, 314 metralhadoras .50, 41 morteiros 60 mm, 29 morteiros 81 mm, 194 tanques leves, 117 tanques médios, 25 Scout Car, 17 meias-lagartas, 05 carros blindados M8, um carro blindado T17 e 99 canhões de

37 mm². Até agosto de 1944, parte desse material ficou guardado no Depósito de Moto Mecanização no Rio de Janeiro, no 3º Batalhão de Carros de Combate (3º BCC), no núcleo de um novo batalhão de carros de combate que se organizava na mesma área do 3º BCC; em outro núcleo de um novo batalhão de carros de combate que se organizava na área da Escola de Motomecanização, e na Escola de Motomecanização. O equipamento destinado a treino da Divisão de Infantaria Expedicionária na Vila Militar consistia de quatro veículos de meia-lagarta, cinco carros blindados M8 e 57 canhões de 37 mm³.

A 15 de maio de 1944, no Rio de Janeiro, foi instalado o Estado Maior Especial, com a função de planejar e executar o embarque da 1^a DIE, dividida em cinco escalões. Era integrado por três oficiais do Estado Maior Divisionário, o coronel Floriano de Lima Brayner (chefe do Estado Maior da FEB) e os tenentes-coronéis Amauri Kruel e Humberto Castelo Branco, e membros da Comissão Militar Conjunta Brasil-EUA, como foi o caso do tenente-coronel Walter Sewel Newman, que seguiu com a FEB para a

² Oliveira, 2015A.

³ Informações e documentos do *United State National Archives and Records Administration* (US NARA) foram reproduzidos por Dennison de Oliveira, da UFPR. Memorandum to Brig. Gen. Hayes Kroner, Subject: location of weapons and ammunition received by Brazil under Lend Lease, 23/08/1944 Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vcLWzR_o_uUHFWbEFZUzV6OGM.

Itália, como encarregado de estabelecer os trabalhos de ligação do comando do exército norte-americano com o general Mascarenhas de Moraes.

Força Expedicionária Brasileira: embarque e atuação no teatro de operações europeu.

O embarque do 1º Escalão para Nápoles na Itália ocorreu na noite de 30 de junho para 1º de julho de 1944, no navio norte-americano *General Mann*, sob o comando do general de brigada Euclides Zenóbio da Costa. O 1º Escalão era constituído de um regimento de infantaria (6º Regimento de Infantaria), um grupo de artilharia, uma companhia de engenharia e elementos ligados aos setores de manutenção, reconhecimento, saúde, comunicações, polícia, pagamento, serviço de justiça, Banco do Brasil e correio, num total de 5.075 homens. Junto com o 1º Escalão embarcaram o general Mascarenhas de Moraes e alguns oficiais de seu Estado Maior.

O 2º Escalão embarcou a 22 de setembro no navio *General Mann*, sob o comando do general Osvaldo Cordeiro de Farias, com 5.075 homens, constituídos principalmente, do 1º Regimento de Infantaria, da Artilharia Divisionária, pessoal do batalhão de engenharia e outros. O 3º Escalão embarcou nesse mesmo dia no navio *General Meigs*, sob o comando do

general Olímpio Falconiere da Cunha, com 5.239 homens, sendo que, o maior efetivo era o do 11º Regimento de Infantaria. O 4º Escalão constituído de elementos do 1º Escalão do Depósito de Pessoal do Exército da FEB e criado pelo Decreto nº 6.268, de 24 de fevereiro de 1944, deixou o Brasil a 23 de novembro no navio *General Meigs*, sob o comando do coronel Mário Travassos, com um efetivo de 4.691 homens. O 5º Escalão partiu a 08 de fevereiro de 1945 no navio *General Meigs*, sob o comando do tenente coronel Ibá Jobim Meireles, com um efetivo de 5.082 homens, conduzindo o 2º Escalão do Depósito de Pessoal⁴.

Os médicos e enfermeiras foram transportados por via aérea. A Força Aérea Brasileira (FAB) partiu para a Itália em princípios de outubro, com um contingente de mais de quatrocentos homens sob o comando do major Nero Moura. Ao contrário dos planos originais, portanto, a FEB foi constituída por uma única divisão, com um efetivo de 25.334 homens.

A partir de 05 de agosto de 1944, quando chegou à região de Tarquínia, na Itália, o 1º Escalão foi incorporado ao 4º Corpo comandando pelo general Willis D. Crittenberger, do V Exército norte-americano comandado pelo general Mark W. Clark, uma força multinacional reunindo americanos, ingleses, poloneses, canadenses, indianos,

⁴ BRASIL, 1943-1945, p. 53.

neozelandeses, e brasileiros⁵. O V Exército norte-americano, juntamente com o VIII Exército britânico, integrava o XV Grupo de Exércitos Aliados, sob o comando geral de *sir* Harold Alexander.

O V Exército, nesse momento, estava constituído por dois corpos de exército, o II e o IV, pois acabava de ser desfalcado de sete divisões, desviadas para os desembarques efetuados pelos Aliados no sul da França. O II Corpo operava ao norte de Florença na tentativa de desalojar os alemães de Bolonha. O IV Corpo, chefiado pelo general Crittenberger, tinha a missão de abrir brechas na chamada Linha Gótica, em poder dos alemães. Esta linha partia da região costeira do mar Tirreno, apoiava-se na região montanhosa dos Apeninos e terminava nas áreas de Pesaro e Rimini, já na faixa litorânea do Adriático. A faixa compreendida pela Linha Gótica abrangia montanhas escarpadas que proporcionavam excelentes vistas sobre as tropas aliadas. As forças regulares alemãs eram estimadas em 28 divisões (26 alemãs e duas italianas), integrantes do Grupo de Exército C, sob o comando do marechal Albert Kesselring.

A participação da FEB nos combates iniciou-se com o grupo de Zenóbio da Costa em 15 de setembro de 1944, substituindo uma força norte-americana que estava sendo desligada do IV Corpo. Os oficiais brasileiros

foram incluídos na Força Aérea Tática do Mediterrâneo e dentro dela, no XXII Comando Aerotático, que dava apoio às tropas do V Exército norte-americano. Para Ferraz (2012, p. 79), do ponto de vista estratégico da guerra, e que pese que a frente no Mediterrâneo tivesse um papel secundário, pois os Aliados priorizaram a invasão europeia pelo Norte do território francês, a campanha da Itália foi uma das mais difíceis e de lenta progressão das que os Aliados executaram em outros teatros de operações da Europa.

A missão das tropas brasileiras era essencialmente tática, assim como de todo V Exército norte-americano. As dimensões gigantescas da Segunda Guerra Mundial e a dinâmica da evolução das táticas e das estratégias de combate definiu como prioridade a interdependência das unidades e armas. Mesmo na região montanhosa dos Apeninos italianos, que dificultava o uso combinado das forças de terra, mar e ar, a interdependência estava presente. Uma unidade de ataque, ocupação ou defesa de posição, tinha que ter apoio de outras unidades, como também realizar o apoio⁶.

As primeiras vitórias da FEB na Itália ocorreram nos dias 16, 18 e 26 de setembro, com a ocupação de Massarosa, a tomada de Camaiore e a queda de Monte Prano. Após a conquista do maciço Prano, as tropas

⁵ FERRAZ, 2012, p. 79.

⁶ FERRAZ, 2012, p. 80.

brasileiras, já acrescidas do 2º e do 3º escalões, foram transferidas para o vale do rio Sercchio, para se aproximarem de Castelnuovo di Garfagnana, um dos fortões da Linha Gótica e importante entroncamento rodoviário, de grande interesse estratégico por ser uma das portas de acesso à planície do rio Pó. A primeira fase do ataque foi bem-sucedida, com a tomada de Sommocolonia, Lama di Sotto e Monte San Quirico, chegando às tropas brasileiras a apenas 04 km de Castelnuovo di Garfagnana. Entretanto, de acordo com o general Mascarenhas de Moraes, a tropa brasileira, subestimando o poder de reação do inimigo, descuidou do remuniciamento e das medidas de segurança, não tendo condições para resistir ao contra-ataque desferido pelas tropas alemãs durante a noite de 31 de outubro. Este foi o primeiro revés das tropas brasileiras, que tiveram de recuar para posições anteriores. Esta derrota encerrou a campanha de combate do general Zenóbio da Costa, pois, com a incorporação dos 2º e 3º destacamentos da FEB, Mascarenhas assumiu o comando da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, no início de novembro de 1944. Zenóbio da Costa tornou-se comandante da Infantaria Divisionária, e Cordeiro de Farias comandante da Artilharia Divisionária.

Na reunião do Alto Comando Aliado realizada a 30 de outubro em Passo della Futa, foi decidido que a 1ª Divisão brasileira deveria operar no vale do rio Reno, 120 km a

nordeste do vale do Sercchio. Nessa reunião o general Clark expôs as diretivas que recebera do marechal *sir* Alexander, comandante do XV Grupo de Exércitos Aliados, no sentido de prosseguir atacando, a fim de apossar-se de Bolonha, mantendo o inimigo sob pressão e obrigando-o a retirar efetivos das frentes francesa e russa para a frente italiana.

A 1ª DIE deveria ser retirada da área em que vinha atuando, e deslocada para o vale do Reno. A 1ª DIE substituiria um destacamento da 1ª Divisão Blindada norte-americana, conhecido sob a designação de CCB (*Combat Command B*), na defesa da Linha Bombiana Brainetta Volpara-Torre di Nerone-Fornaci-Querceto. No vale do Reno, a divisão brasileira ficaria enquadrada, a leste (direita), pela 6ª Divisão Blindada sul-africana, e a oeste, pela Task Force 45, grupamento tático norte-americano, constituindo o IV Corpo de Exército sob o comando do major-general Willis D. Crittenberger. Após a reunião de Passo della Futa e diante das novas diretivas emanadas do XV Grupo de Exércitos Aliados, o general Zenóbio da Costa e o general Cordeiro de Farias iniciaram o adestramento das tropas recém-chegadas à Itália.

Ao assumir o comando da 1ª DIE no setor do Reno, o general Mascarenhas de Moraes instalou seu quartel-general avançado na localidade de Porretta Terme, e o quartel-general recuado primeiramente em San Rossore e, mais tarde, na cidade de Pistóia. O

quartel-general avançado era dirigido pelo coronel Lima Brayner, compreendendo o comando da 1ª DIE, a chefia e as seções do Estado Maior e os serviços de transmissões e de engenharia. Em Porretta Terme ficaram as seções de operações, sob a chefia do tenente coronel Humberto Castelo Branco, e de informações, sob a chefia do tenente-coronel Amauri Kruel. As seções de pessoal e suprimento foram transferidas para Pavana devido aos constantes ataques da artilharia inimiga.

Em 20 de outubro de 1944, o general Mascarenhas de Morais designara o general Olímpio Falconière da Cunha inspetor-geral do 1º Escalão. Suas funções consistiam em resolver os problemas da retaguarda, principalmente os que se ligavam diretamente ao suprimento qualitativo do pessoal brasileiro, e as questões de relacionamento entre as autoridades brasileiras no Brasil e norte-americanas na Itália, tais como hospitalização, correios, fundos, transporte de pessoal por via aérea etc. Mais tarde, em 25 de março de 1945, as funções do general Falconière seriam incluídas dentro de um novo departamento denominado Órgãos Não Divisionários.

A 02 de maio de 1945, ao cessarem as hostilidades na Itália com a rendição incondicional do último corpo de Exército da Alemanha, a divisão brasileira ocupava a cidade de Alessandria, desde 30 de abril, e estabelecia ligação com o Exército francês em

Susa, próximo à fronteira franco-italiana. A guerra chegava ao fim para as tropas brasileiras. O custo foi a morte de 443 expedicionários e de 08 oficiais do Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira. A Força Expedicionária permaneceu até 03 de junho como tropa de ocupação e depois retornou ao Brasil.

O fim da Segunda Guerra Mundial deu-se a 08 de maio de 1945, com a vitória final dos Aliados em toda a Europa após a queda de Berlim.

Sobre a recusa do Brasil em participar como força de ocupação dos países conquistados do Eixo (Áustria), trata-se de um ponto que ficou aberto no ensaio, e que num futuro próximo, deverá ser pesquisado com mais profundidade.

Convém ressaltar que, o ofício nº 90, de 27 de fevereiro de 1945, o general Mascarenhas de Moraes, comandante do 1º Escalão da FEB e da 1ª DIE expõe ao Ministro da Guerra, suas ponderações sobre a possibilidade do Brasil vir a ser convidado para atuar como tropa de ocupação. Mascarenhas registra a contraindicação da FEB ser empregada como tropa de ocupação em qualquer país europeu. Destaca inicialmente, a má vontade dos povos das nações aliadas do “Eixo” com os exércitos das Nações Unidas, que combatiam em seu solo. Terminada a guerra, essa indisposição agravar-se-ia com a miséria, a fome, e os delicados problemas políticos, que surgiriam.

Para conter os excessos e revoltas no pós-guerra, as tropas de ocupação teriam que agir com energia ou violência, muitas vezes, não satisfazendo os anseios da população. Esse procedimento, em pouco tempo, colocaria a tropa de ocupação, perante a nação ocupada, em situação de força contrária a liberdade civil. Por mais serena que fosse a atitude da tropa brasileira, jamais conseguiria evitar a irritação natural, num país ocupado, contra os soldados estrangeiros, que fariam, quotidianamente, lembrar a população civil a sua infeliz condição de povo vencido.

No entanto, fica aberta ainda, uma segunda pergunta, por que o Exército desmobilizou a sua Força Expedicionária antes de chegar ao Brasil, de forma tão rápida? Ambas as ações afetaram a posição política do Brasil após a Segunda Guerra Mundial e diminuíram a possibilidade de obter um assento permanente no futuro Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Reflexões para o Brasil

Um ponto importante identificado em estudos atuais realizado por importantes investigadores⁷ da FEB diz respeito à questão da eficiência militar alemã. Era quase paradoxal perceber que, ao final da guerra, o Exército criador do conceito da *Blitzkrieg* dependia, em larga escala, de carroças

tracionadas a cavalo, para transporte de armamento e para a logística de guerra. Como identifica o historiador Dennison Oliveira, a artilharia do Exército alemão era quase toda hipomóvel, bem como praticamente todas as divisões de infantaria. Ao final da Segunda Guerra Mundial, em sua maior parte, o Exército alemão era quase igual a todas as unidades do Exército brasileiro, antes da guerra, ou seja, hipomóvel. A modernidade doutrinária da *Blitzkrieg*, entre os alemães teve que coexistir com os vários métodos e recursos usados na Primeira Guerra Mundial, sendo necessário empregar centenas de milhares de cavalos para o transporte de material e armamento de suas divisões de infantaria.

Outro ponto importante nessa reflexão, diz respeito à visita feita pela Comissão Militar Brasileira, designada pelo Aviso Reservado nº 543/460, de 30 de novembro de 1943, chefiada pelo general de Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes, ao Teatro de Operações do Mediterrâneo, que foi de grande utilidade para a organização da FEB, pois as observações colhidas no Norte da África e na frente de batalha do V Exército dos EUA, condensadas em relatório, serviram para orientar determinados pontos que ainda eram obscuros. Demonstrações realizadas com o máximo de objetividade permitiram que se executasse uma mudança radical no processo de instrução, de maneira a dar ao expedicionário brasileiro uma impressão de

⁷ OLIVEIRA, 2015A, 156.

realidade e intensificação no preparo físico para poder suportar as duras circunstâncias do combate⁸.

A apreciação sobre os uniformes influenciou decisivamente no plano adotado para a FEB, decidindo por certas modificações e adoção de peças indispensáveis ao uso em campanha. Conclusões precisas foram tiradas das condições climáticas e sanitárias das regiões prováveis de emprego da tropa brasileira, bem como medidas importantes assentadas sobre o equipamento, a estocagem e o fornecimento de material especializado.

O problema monetário, o câmbio e a troca do dinheiro foi motivo de estudo especial, sendo anexada uma agência do Banco do Brasil para a solução das operações bancárias.

Com relação à logística de suprimentos foi cuidadosamente observada à alimentação norte-americana e planejada a distribuição à tropa brasileira, através de uma aplicação metódica feita ainda no Brasil.

O momento de preparação para guerra revelou outros problemas, dentre eles podemos destacar o relacionado ao treinamento dos expedicionários no Brasil. A mudança na estrutura das unidades militares de combate que deveriam embarcar para a guerra não encontrou no Brasil instalações adequadas. Um regimento, que comportava

cerca de mil homens, passou a ter cinco mil. Não havia possibilidade física de acomodar toda essa gente nas antigas unidades. As dificuldades logísticas de fornecer abrigo, alimentação, fardamento e outras necessidades para os novos ingressantes tornava a vida nas cidades sedes das mobilizações e de treinamento uma experiência caótica (Oliveira, 2015B, p. 53).

A situação das unidades de treinamento distribuídas em quatro Regiões Militares diferentes (Duque de Caxias, Caçapava, São João Del Rey e Aquidauana) criou no início sérias dificuldades, pela impossibilidade de se realizar uma fiscalização eficaz sobre o andamento da instrução, assim como o controle direto das transformações doutrinárias pela qual deveriam passar as unidades, de acordo com o novo tipo de organização imposta pelo Aviso Reservado nº 481-408, de 18 de outubro de 1943⁹.

Além disso, foi necessário sentir o impacto das dificuldades relacionadas a mobilização e treinamento da tropa destinada a combater numa Grande Guerra, para que o Exército brasileiro identificasse a inadequação dos locais utilizados para adestramento de seus efetivos, obrigando-o a tentar corrigir esse erro, com a instalação de áreas mais adequadas para treinar a Força Expedicionária¹⁰. Na Itália um dos maiores obstáculos dos expedicionários brasileiros foi

⁸ BRASIL, 1943-1945, p. 7.

⁹ BRASIL, 1943-1945, p. 11.

¹⁰ OLIVEIRA, 2015B, 233.

o terreno montanhoso, cujo combate requer especialização específica e equipamentos adequados. No Brasil, esse tipo de treinamento não foi disponibilizado na preparação da tropa, apesar de que, em 1943, Resende foi indicada como um possível local de treinamento para a 1^a DIE, descartada pelo Ministério da Guerra, porque continha muita área montanhosa¹¹.

A mudança doutrinária obrigou o Exército brasileiro a alterar a composição nas unidades para o modelo ternário norte-americano, no qual cada pelotão de fuzileiros passava a ter três esquadras comandadas por um sargento, mais um adjunto, cada companhia passava a ter três pelotões de fuzileiros e cada batalhão passava a ter três companhias de fuzileiros. Em consequência, o número de sargentos multiplicou várias vezes, ocasionando a abertura de enormes claros no efetivo expedicionário, de difícil preenchimento, visto que a maioria era de elementos especializados. Houve a necessidade de cursos emergenciais (para formação de sargentos e cabos) de maneira que cada pelotão, cada companhia, pudesse ter o seu efetivo completo¹².

O Regimento de Infantaria sofreu modificações radicais, na sua constituição das unidades elementares, na própria estrutura dos órgãos do comando, e no seu armamento, com

a introdução de novas armas desconhecidas até aquele momento. Foi incluído o morteiro 60 mm, o lança rojão (bazooka), a metralhadora .30, o canhão anticarro 57 mm, e aparelhos de rádio e telefonia. Essas inovações exigiam não só um perfeito conhecimento técnico para um emprego eficiente, como um conhecimento profundo das alterações impostas nos processos de combate, com a inclusão desse material nas formações da infantaria.

Com a falta de treinamento adequado no Brasil, seja pela falta de material, de local apropriado, ou pela inusitada e imediata readequareção doutrinária, as tropas brasileiras seguiram para o Teatro de Operações na Itália, e somente os expedicionários do 1º Escalão, composto principalmente, pelo 6º Regimento de Infantaria, além de algumas poucas unidades de artilharia, engenharia, cavalaria e outras unidades auxiliares, puderam treinar, na Itália, em campos de instrução americanos, com armas, equipamentos, em situação e terreno de combate. Os dois escalões que seguiram na sequência (com o 1º Regimento de Infantaria e com o 11º Regimento de Infantaria) não tiveram a mesma chance, e acabaram tendo que aprender a combater durante a ação real, no Teatro de Operações¹³. No entanto, o comandante do 4º Corpo e o do V Exército definiu que as tropas com pouca experiência

¹¹ OLIVEIRA, 2015 B, p. 240.

¹² BRASIL, 1943-1945, p. 11.

¹³ FERRAZ, 2012, p. 81.

de combate, como a brasileira, deveriam ser introduzidas lentamente em setores mais calmos da frente italiana, para ganhar experiência de combate por meio de ações de patrulhas e pequenas ofensivas¹⁴.

O crescimento das missões ocorreu com o tempo e a incorporação de novos escalões. Dessa forma, em setembro de 1944, a tropa expedicionária brasileira conquistou as suas primeiras posições e teve suas primeiras baixas.

Ponto importante discutido pelo historiador Ferraz¹⁵ é que diferente de outras frentes no teatro de operações europeu, os conflitos na Itália foi caracterizado por combates de unidades menores que um regimento (pelotões, companhias e batalhões).

O terreno montanhoso reduziu efetivamente a eficácia de atuação de tanques, diminuindo a velocidade de progressão e causou problemas de abastecimento e no deslocamento da tropa. Por conta do mau tempo em algumas épocas, o apoio aéreo era prejudicado. Os regimentos eram acionados ocasionalmente e as divisões completas menos ainda.

¹⁴ MORAIS, 1947, p. 71.

¹⁵ FERRAZ, 2012, P. 81.

Referências

- BRASIL. Ministério da Guerra. *Força Expedicionária Brasileira. Relatório Secreto*. Volume 1. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército. Seção Força Expedicionária Brasileira, 1943-1945.
- BRAYNER, Floriano de Lima. *A verdade sobre a FEB*; memórias de um chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália (1943-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Londrina: EdUEL, 2012.
- MORAIS, Berta et al. *Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB*. São Paulo: Instituto Progresso Ed., 1949.
- MORAES, João Batista Mascarenhas de. *A FEB pelo seu comandante*. São Paulo: Instituto Progresso Ed., 1947.
- _____. *Memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: J. Olímpio, 1969.
- OLIVEIRA, Dennison. *Extermine o inimigo: os blindados brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Juruá, 2015A.
- _____. *Aliança Brasil-Estados Unidos: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Juruá, 2015B.

Conheça nossas outras publicações

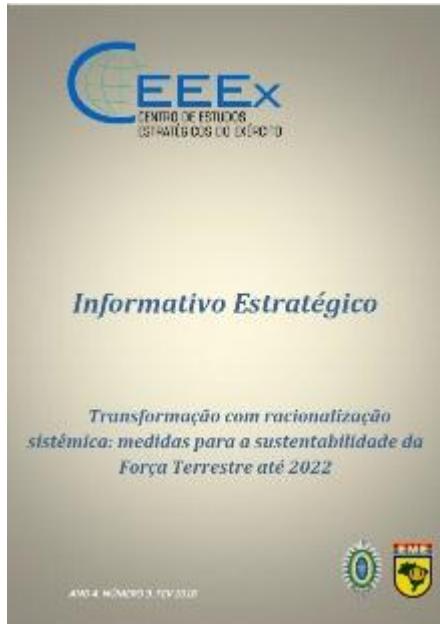
Artigos Estratégicos - 5ª Edição - Jul/dez 2018

 REVISTA ARTIGOS ESTRATÉGICOS Vol 5 n. 2 Jul/ Dez 2018	<p>Palavras Iniciais.</p> <p>Centro de Estudos Estratégicos do Exército</p> <p>Reconfiguração do Tabuleiro Internacional e suas Implicações Geoestratégicas para o Brasil. Augusto W. M. Teixeira Júnior</p> <p>O Brasil diante das aceleradas transformações tecnológicas: subsídios para as edições 2020 da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa. Peterson Ferreira da Silva</p> <p>Desafios históricos para organização, preparação e emprego da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial. Fernando da Silva Rodrigues</p>
---	---

Análise Estratégica - Especial : A Guerra do F Editorial.

 REVISTA ANÁLISE ESTRATÉGICA Especial: A Guerra do Futuro Vol 11 n. 1 Dez/ Fev 2019	<p>Editorial Valério Luiz Lange</p> <p>Guerra do Futuro: síntese e recomendações. Oscar Medeiros Filho e Raphael Camargo Lima</p> <p>A guerra do futuro e suas implicações estratégicas: uma perspectiva Clausewitziana. Augusto W. M. Teixeira Júnior</p> <p>A guerra do futuro já começou e o Brasil enfrenta o desafio do abismo tecnológico. Peterson Ferreira da Silva</p> <p>Conflitos contemporâneos na América do Sul e as tensões nas fronteiras do Brasil. Fernando da Silva Rodrigues</p> <p>O ambiente de operações conjuntas 2035 (JOE 2035). Giovanni Moretto uturo</p>
---	---

Ensaios Estratégicos



Número 9 - 2018

Transformação com racionalização sistêmica: medidas para a sustentabilidade da Força Terrestre até 2022

Informativo Estratégico

Transformação com racionalização sistêmica: medidas para a sustentabilidade da Força Terrestre até 2022



Relatório Anual



Relatório Anual

Publicação de transparência do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx) para a sociedade brasileira. O documento apresenta dados relevantes do ano de trabalho anterior, visa dar transparência às atividades do Centro e permitir maior diálogo com a academia, a sociedade e as Forças Armadas.





Quartel-General do Exército,
Bloco A, 70630-970, Brasília-DF
(61) 3415-4597/ ceeex@eme.eb.mil.br
Facebook: www.facebook.com/ceeexeb

ISSN: 2525-457X
Vol 12 (2) Mar/ Maio 2019